



**EDITAL DE ABERTURA DO
XXVI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO avisa aos interessados que:

1. O presente Concurso Público é regido pela **DELIBERAÇÃO CS/DPGE nº 123/2017** de 24 de novembro de 2017, do Conselho Superior da Defensoria Pública, a qual constitui o Regulamento do certame.

DO REGULAMENTO

2 As pessoas interessadas poderão obter o Regulamento do Concurso, e demais publicações, no site <http://www.defensoria.rj.def.br>, acessando a aba Concurso/Defensor Público.

DAS VAGAS

3. A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro dispõe, na data da publicação deste Edital, de 20 (vinte) cargos vagos em toda carreira, sendo oferecida 1 (uma) vaga na classe inicial, para provimento imediato, sem prejuízo das vagas que serão disponibilizadas no curso do certame e durante seu prazo de validade.

DAS ATRIBUIÇÕES

4. São atribuições do(a) Defensor(a) Público(a) Substituto(a), da Classe Inicial da Carreira da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, além das mencionadas na Constituição Federal, aquelas previstas nas Leis Orgânicas Nacional e Estadual da Defensoria Pública, na Constituição Estadual e em outras leis.

DA INSCRIÇÃO PROVISÓRIA

5. A inscrição será efetuada somente pela internet, no endereço eletrônico <http://www.defensoria.rj.def.br>, no período entre 00:00 horas do **dia 25 de abril de 2018** e 23:59 horas do **dia 25 de junho de 2018** (horário oficial de Brasília/DF).

5.1. Não será aceita qualquer alteração na ficha de inscrição após o dia 22 de junho de 2018.

DA TAXA DE INSCRIÇÃO

6. - A taxa de inscrição no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) deverá ser paga até o dia **28 de junho de 2018**, em espécie, por meio de boleto bancário próprio, disponibilizado no endereço eletrônico opção "*inscrição*",

7. O valor recolhido na inscrição não será devolvido em hipótese alguma.

DA ISENÇÃO TOTAL OU PARCIAL DA TAXA DE INSCRIÇÃO

8. O(a) candidato(a) que for requerer isenção total ou parcial da taxa de inscrição deverá, no momento da inscrição provisória, selecionar essa opção. Após finalizar a inscrição *on line*, o(a) candidato(a) deverá preencher e assinar formulário específico disponível no site <http://www.defensoria.rj.def.br>.



9. Depois de preenchido, o(a) candidato(a) deverá entregar pessoalmente no protocolo ou enviar o formulário específico, acompanhado da documentação comprobatória exigida no artigo 19 §6º do regulamento, via SEDEX, para a Comissão de Concurso com endereço na Avenida Marechal Câmara, n.º 314, térreo, Bairro Castelo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.020-080, **até 04 de junho de 2018**, conforme determina o artigo 19, §8º do regulamento do concurso.

9.1. A Defensoria Pública e a Instituição terceirizada não se responsabilizam por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, sendo de inteira responsabilidade do candidato acompanhar seu recebimento.

DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

10. As inscrições somente serão efetivadas após a comprovação de pagamento ou do deferimento de isenção da taxa de inscrição.

11. O cartão de confirmação de inscrição (CCI) é o documento comprobatório do deferimento da inscrição do candidato e estará disponível no endereço eletrônico, por meio da página de acompanhamento, após a confirmação da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) a obtenção desse documento para ter acesso às dependências dos locais de prova.

DO PRAZO E PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL

12. O(a) candidato(a) que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá, dentro do prazo das inscrições provisórias, apontar e descrever os recursos especiais necessários, bem como enviar, no mesmo prazo, via SEDEX, laudo médico original, que ateste a espécie e o grau ou nível de sua deficiência, doença ou limitação física, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), que justifique o atendimento especial solicitado, bem como conter a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM).

DAS VAGAS RESERVADAS

13. O(a) candidato(a) que desejar concorrer às vagas reservadas deverá, após efetuar a inscrição *on line*, imprimir, preencher e assinar com firma reconhecida o Formulário Específico disponível no site <http://www.defensoria.rj.def.br> e encaminhá-lo via SEDEX para a Comissão de XXVI Concurso para ingresso na classe inicial da carreira da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro com endereço na Avenida Marechal Câmara, n.º 314, térreo, Bairro Castelo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.020-080, até a data final da inscrição, considerando, para este efeito, a data da postagem.

13.1. A Defensoria Pública e a Instituição terceirizada não se responsabilizam por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, sendo de inteira responsabilidade do candidato acompanhar seu recebimento.

14. A pessoa com deficiência deverá encaminhar juntamente com o Formulário mencionado no item 13 a documentação prevista no artigo 22 §2º do Regulamento, não sendo admitido qualquer documento suplementar ou envio posterior.

15. A pessoa com hipossuficiência econômica que desejar concorrer às vagas previstas na Lei Estadual 7.747/2017 deverá enviar juntamente com Formulário mencionado no



item 13 o número de identificação social no CadÚnico (art. 24, §3º do Regulamento) com validade e o resumo das informações cadastrais atual.

15.1. O(a) candidato(a), ao concorrer à vaga para população com hipossuficiência econômica, deverá, após o resultado da última fase do concurso, comprovar documentalmente a sua condição. A Comissão do Concurso poderá solicitar informações suplementares em Edital específico, a fim de aferir a veracidade da declaração prevista no artigo 1º §4º da Lei Estadual 7747/17 sob pena de eliminação, anulação e demais penalidades previstas em lei.

DO CRONOGRAMA

16. O Presidente da Comissão do Concurso publicará oportunamente cronograma do concurso.



CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DELIBERAÇÃO CS/DPGE N° 123

DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017.

**APROVA O REGULAMENTO DO XXVI
CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE
INICIAL DA CARREIRA DA DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no § 2º, do art. 46 da Lei Complementar nº 06, de 12.05.77, com a redação que lhe deu a Lei Complementar nº 55, de 14.03.89, e tendo em vista a decisão por maioria de seus membros, em sessão realizada em 24/11/2017,

DELIBERA

**REGULAMENTO DO XXVI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA
CARREIRA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º - O concurso consiste:

- I. na apuração dos requisitos pessoais dos candidatos (as),
- II. no exame dos candidatos (as) em provas escritas e orais e
- III. na avaliação dos títulos dos candidatos (as).

Art. 2º - Os requisitos pessoais dos (as) candidatos (as) serão apurados no decorrer do concurso, especialmente nas inscrições definitivas, nas provas de sustentação oral e na avaliação dos títulos.



Art. 3º - As questões das provas do concurso versarão sobre:

I. Direito Civil;

II. Direito Processual Civil;

III. Princípios Institucionais da Defensoria Pública.

IV. Direito Empresarial;

V. Direito Penal;

VI. Direito Processual Penal;

VII. Direito de Execução Penal;

VIII. Criminologia;

IX. Direito Constitucional;

X. Direito Administrativo;

XI. Direitos Humanos das Pessoas em Situação de Vulnerabilidade;

XII. Tutela Coletiva;

XIII. Direito da Criança e do Adolescente.

Art. 4º - As provas terão caráter eliminatório e serão prestadas em 3 (três) etapas:

I. Prova Escrita Preliminar;

II. Provas Escritas Específicas e

III. Provas de Sustentação Oral.



Art. 5º - A avaliação dos títulos far-se-á após a realização das provas de sustentação oral.

CAPÍTULO II

DA COMISSÃO DO CONCURSO

Art. 6º - O concurso será organizado por sua Comissão, que será integrada pelo Defensor Público Geral do Estado, que a presidirá, e pelos demais membros do Conselho Superior da Defensoria Pública, conforme disposto nos arts. 16, IV e 46 da Lei Complementar Estadual nº 06, de 12 de maio de 1977.

Parágrafo único - Os membros da Comissão serão substituídos em suas faltas, impedimentos ou afastamentos definitivos, por seus suplentes ou substitutos legais, convocados pelo Presidente quando assim o exigir a necessidade de quórum.

Art. 7º - Nos termos do art. 9º, § 2º, II, da Lei Complementar nº 06, de 12 de maio de 1977, compete ao 2º Subdefensor Público Geral coordenar o concurso, podendo, para tanto, praticar os atos que se fizerem necessários, ressalvada a competência da Comissão do Concurso.

§ 1º - Em caso de impedimento do 2º Subdefensor Público Geral, o encargo caberá ao 1º Subdefensor Público Geral e, no seu impedimento, ao Corregedor-Geral.

§ 2º - A Coordenação do Concurso poderá convocar Defensores (as) Públicos (as) cujos nomes deverão ser aprovados pela Comissão de Concurso, para auxiliá-lo no exercício de suas atribuições, competindo-lhes a função de Subcoordenadores(as) do Concurso e aplicando-se-lhes os impedimentos previstos no art. 11.

§ 3º - A coordenação do Concurso poderá convocar, para auxiliá-lo no seu encargo, servidores ou servidoras, que, sem prejuízo de suas atribuições normais, comporão os Quadros de Apoio Administrativo I e II, auxiliando-o na execução dos serviços atinentes ao concurso, durante as inscrições, a realização das provas e para quaisquer atividades do concurso em que se fizerem necessário.



Art. 8º - A Comissão do Concurso reunir-se-á com a presença da maioria absoluta de seus membros e suas deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes, tendo a Presidência o voto de membro e de qualidade.

Art. 9º - À Comissão de Concurso compete:

- I. deliberar sobre as questões das provas escritas, elaboradas pelas bancas examinadoras;
- II. apurar os requisitos pessoais dos(as) candidatos(as), em grau de recurso, quando da inscrição definitiva;
- III. avaliar os títulos dos(as) candidatos(as);
- IV. proclamar os resultados parciais e finais das provas;
- V. elaborar a lista de classificação final dos(as) candidatos(as), providenciando sua publicação;

Art. 10 - Todas as publicações relativas ao Concurso serão obrigatoriamente veiculadas pelo Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte I - DPGE-RJ ou em jornal de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro, sem prejuízo da utilização de qualquer outro meio de divulgação subsidiário, inclusive a internet (www.defensoria.rj.def.br).

Art. 11 - Não poderão integrar a Comissão do Concurso cônjuge, companheiro ou parente, por consanguinidade, ou afinidade até o terceiro grau, inclusive, de candidato(a) inscrito(a), bem como quem tenha exercido o magistério de curso preparatório para concursos públicos na área jurídica nos seis meses anteriores à publicação do presente Regulamento.

Parágrafo único - No caso de cursos on line, considera-se a data da gravação do material como limite do prazo mencionado no caput.

CAPÍTULO III

DAS BANCAS EXAMINADORAS

Art. 12 - As provas do Concurso serão prestadas pelos(as) candidatos(as) com inscrições deferidas, perante as Bancas Examinadoras designadas pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.



Art. 13 - Compete às Bancas Examinadoras a elaboração de questões, seu exame e avaliação, no âmbito de suas matérias, conforme especifica o § 1º deste artigo.

§ 1º – Serão três as Bancas Examinadoras:

Banca I - Direito Civil, Direito Processual Civil, Tutela Coletiva, Direito Empresarial, Princípios Institucionais da Defensoria Pública;

Banca II - Direito Penal, Direito Processual Penal, Criminologia, Execução Penal;

Banca III – Direito Constitucional, Administrativo, Direito da Criança e do Adolescente, Direitos Humanos de pessoas em situação de vulnerabilidade.

§ 2º – Cada Banca será integrada por 04 (quatro) examinadores(as), no mínimo, e 2 (dois) suplentes, sendo escolhido pela Coordenação do Concurso um (uma) dentre os(as) titulares para presidi-la.

§ 3º – Integrará uma das Bancas Examinadoras um(a) advogado (a) indicado pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (RJ), assim sua respectiva suplência.

§ 4º – Poderão compor as Bancas Examinadoras juristas notáveis indicados pela Comissão do Concurso.

Art. 14 – Constitui impedimento para integrar a Banca Examinadora:

I – o exercício do magistério em cursos formais ou informais de preparação para concurso público na área jurídica até 02 (dois) anos após cessar a referida atividade;

II - a existência de servidores funcionalmente vinculados ao examinador ou de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, cuja inscrição haja sido deferida;



III - a participação societária, como administrador, ou não, em cursos formais ou informais de preparação para concurso público na área jurídica até 02 (dois) anos após cessar a referida atividade, ou contar com parentes nestas condições, até terceiro grau, em linha reta ou colateral.

IV – a existência de cônjuge, companheiro ou parente, por consanguinidade, ou afinidade até o terceiro grau, inclusive, de candidato inscrito.

Parágrafo único – Os motivos de impedimento deverão ser comunicados ao Presidente da Comissão de Concurso, por escrito, até 05 (cinco) dias úteis após a publicação da relação dos candidatos inscritos no Diário Oficial.

CAPÍTULO IV

DA ADMISSÃO DO CANDIDATO AO CONCURSO

Art. 15 - A admissão do candidato ao Concurso terá por pressuposto as inscrições provisória e definitiva, feitas em duas etapas distintas, consoante os Capítulos VI e VIII deste Regulamento.

§ 1º – A inscrição provisória habilitará o candidato a prestar as provas escritas, nos termos dos capítulos X, XI e XII deste Regulamento.

§ 2º – A inscrição definitiva habilitará o(a) candidato(a) a prestar as provas de sustentação oral e a ter avaliados os seus títulos, nos termos dos capítulos XII e XIII deste Regulamento.

CAPÍTULO V

DA ABERTURA DO CONCURSO

Art. 16 - A abertura do concurso dar-se-á pela publicação do competente edital, na forma do art. 10, determinada pela Presidência do Conselho Superior, uma vez aprovado o Regulamento.

Parágrafo Único - O Edital mencionará o local, o horário e o prazo das inscrições, que será de no mínimo 60 (sessenta) dias prorrogáveis a critério do Presidente da Comissão do Concurso, bem como o número de cargos vagos na classe inicial da carreira e o valor da taxa respectiva, cujo pagamento somente poderá ser efetuado na forma indicada e em nenhuma hipótese será devolvido.



CAPÍTULO VI

DA INSCRIÇÃO PROVISÓRIA

Art. 17 – São requisitos para a inscrição no concurso:

I. ser brasileiro (a), ou português que preencha os requisitos estabelecidos no art. 12, § 1º, da Constituição Federal;

II. ser bacharel em Direito;

III. estar quite com o serviço militar e com as obrigações da legislação eleitoral;

V. estar em gozo de boa saúde, declarando a condição de pessoa com deficiência, quando for o caso;

VI. estar ciente de que constituem requisitos, para posse e exercício do cargo, a conclusão do bacharelado em direito e a prática profissional por, no mínimo, 02 (dois) anos nos termos do artigo 47, V da LC 06/77;

VII. não registrar antecedentes criminais, incompatíveis com o exercício das funções;

VIII. não ter sofrido penalidade, nem praticado atos desabonadores de sua conduta no exercício de cargo público, da advocacia ou de atividade pública ou privada, por fato incompatível com a dignidade e o decoro do cargo;

IX. ter conhecimento das prescrições deste Regulamento, obrigando-se a respeitá-las.

Art. 18 A atividade jurídica, exigida no inciso VI, do artigo 17, deverá ser verificada até a inscrição definitiva e consiste em:

I - aquela exercida com exclusividade por bacharel em Direito;

II - o efetivo exercício de advocacia, inclusive voluntária, mediante a participação anual mínima em 5 (cinco) atos privativos de advogado, em causas ou questões distintas;



III - o exercício de cargos, empregos ou funções, inclusive de magistério superior, que exijam a utilização preponderante de conhecimento jurídico;

IV - o exercício de estágio de Direito devidamente credenciado e reconhecido por lei pelo prazo de 02 anos.

Parágrafo único. O prazo da comprovação de que trata esse artigo poderá, a critério da Comissão do Concurso, ser prorrogado até a data da posse.

Art. 19 O requerimento de inscrição, exclusivamente de responsabilidade da entidade realizadora do concurso, será efetuado pelo(a) candidato(a), por meio da rede mundial de computadores.

§ 1º. O (a) candidato (a) deverá recolher o valor da taxa de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para o Concurso.

§ 2º. Deferida a inscrição provisória, o (a) candidato (a) estará habilitado a realizar a prova preambular.

§ 3º. No ato da inscrição provisória, o (a) candidato (a) declarará estar ciente de que, até a data final da inscrição definitiva, deverá preencher os requisitos para ingresso na carreira, conforme preceitua este regulamento.

§4º. A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e a instituição terceirizada não se responsabilizam por solicitações de inscrições via Internet não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

§5º O requerimento de inscrição provisória será condicionado ao pagamento da taxa e apresentado em formulário on line no qual o(a) candidato(a), assumindo inteira responsabilidade por seu teor, declara que preenche os requisitos previstos no artigo 17.

§ 6º Somente será deferida isenção do pagamento da taxa de inscrição àqueles que comprovarem insuficiência de recursos, por meio de requerimento dirigido ao Coordenador do Concurso, que deverá conter a qualificação completa do requerente e fundamentos do pedido e dos seguintes documentos:



I. comprovante de domicílio;

II. comprovante de renda do requerente e/ou de quem este dependa economicamente;

III. declaração de dependência econômica firmada por quem provê o sustento do requerente, quando for o caso;

IV. demais documentos eventualmente necessários à comprovação da insuficiência de recursos, conforme fundamentação do pedido.

§7º Para solicitar a inscrição com isenção de pagamento da taxa de inscrição, o (a) candidato (a) deverá efetuar o requerimento de isenção presencialmente ou via postal, conforme os procedimentos a serem estabelecidos pelo Edital de Abertura.

§8º A protocolização ou a postagem de requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição deverá ser realizada até, no máximo, 15 (quinze) dias úteis antes do término do prazo para inscrição, que não será suspenso nem interrompido.

§9º. Expirado o período do protocolo ou postagem dos documentos, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

§10º. O (a) candidato (a) que tiver seu requerimento de inscrição isenta poderá apresentar recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis após a divulgação dos resultados da análise dos pedidos de isenção, na forma disposta no Edital.

§11. Não será permitido, no prazo de análise de recursos, o envio de documentos comprobatórios e/ou a complementação de documentos.

§12º. O (a) candidato (a) deverá apresentar, no prazo estabelecido no Edital, requerimento de auxílio ou apoio, ou acomodações especiais, quando assim sua condição o exigir, condicionada sua participação no certame à possibilidade de realização das provas em condições que não importem em quebra de sigilo ou em identificação do candidato, por ocasião do julgamento de sua prova e observadas as diretrizes das Lei Estadual nº 2298/94 e Lei nº 7.329/16.



Art. 20 - A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira, no prazo de 07 dias úteis antes da prova, observando os procedimentos constantes a seguir, para adoção das providências necessárias.

§ 1º - Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

§ 2º - A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

§ 3º - A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

§ 4º - Não será disponibilizado pela Comissão do Concurso, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.

§ 5º - Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

§ 6º - Na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

Art. 21- Fica assegurada a possibilidade de uso do nome social às travestis, transexuais e transgêneros durante o concurso.

§1º Para fins do disposto neste Regulamento, entende-se por nome social o nome adotado pela pessoa, pelo qual se identifica e é identificada na comunidade.

§2º A pessoa interessada deverá requerer, no prazo da inscrição provisória e por escrito à Comissão, a inclusão do seu nome social no concurso.

§3º O nome social deve ser o único a ser divulgado em toda e qualquer publicação referente ao certame, devendo ser mantido em rigoroso controle interno a correlação entre o nome civil e o nome social da candidata ou do candidato



CAPÍTULO VII

DAS VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, NEGROS, INDÍGENAS E POPULAÇÃO COM HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA

Art. 22 – Serão reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no Concurso às pessoas com deficiência que declarem tal condição no momento da inscrição provisória, sem prejuízo da necessária e oportuna comprovação, que deverá ser feita nos termos deste artigo.

§1º - Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos(as) com deficiência para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos(as) demais candidatos(as) aprovados(as), observada a ordem de classificação.

§2º - A pessoa com deficiência, no momento da inscrição provisória, deverá preencher formulário próprio e apresentar, no prazo e forma prevista no Edital, relatório médico detalhado e atualizado, que indique a espécie e o grau ou nível de deficiência de que é portador, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doença (CID) bem como a sua provável causa ou origem.

§3º - A deficiência será obrigatoriamente atestada por médico oficial ou por junta médica designada pela Defensoria Pública, por ocasião do exame de higiene física e mental a que refere o § 2º do art. 28, cabendo à Comissão de Concurso decidir eventuais divergências.

§4º - A organização do Concurso deverá facilitar o acesso das pessoas com deficiência aos locais de prova, cabendo a estes a obrigação de providenciar os equipamentos e instrumentos de que necessitem, os quais deverão ser previamente autorizados pela Comissão de Concurso.

§5º - Os(as) candidatos(as) com deficiência concorrerão à totalidade das vagas ordinariamente oferecidas no Concurso, somente se utilizando da reserva referida no caput, se forem aprovados e não alcançarem classificação que os habilite à próxima etapa e à nomeação dentro da ampla concorrência.

§6º – Para os efeitos deste Regulamento, considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadram na definição do artigo 1º da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da Organização das Nações Unidas (Decreto Legislativo nº 186/2008 e Decreto nº 6.949/2009) -



combinado com os artigos 3º e 4º, do Decreto nº 3.298/1999 -, bem como na Lei 13.146/2015 e Resolução DPGE/RJ nº 869/2017.

Art. 23 - Serão reservadas 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no Concurso às pessoas negras ou indígenas que facultativamente declarem tal condição no momento da inscrição provisória para fins do disposto na Lei Estadual 6.067/2011.

§1º - Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos(as) negros(as) ou indígenas aprovados(as) para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos(as) demais candidatos(as) aprovados(as), observada a ordem de classificação;

§2ª - Os(as) candidatos(as) negros(as) ou indígenas concorrerão à totalidade das vagas ordinariamente oferecidas no Concurso, somente se utilizando da reserva referida no caput se forem aprovados(as) e não alcançarem classificação que os habilite à próxima etapa e nomeação dentro da ampla concorrência;

§3º - O candidato (a) que declarar, sob pena da lei, que pertence à população negra ou indígena e desejar concorrer às vagas reservadas está ciente de que, se aprovado no certame, deverá submeter-se à entrevista prevista no parágrafo 4º deste artigo.

§4º Os(as) candidatos(as) autodeclarados(as) negros(as) ou indígenas serão entrevistados presencialmente por Comissão Especial para avaliação das declarações de pertencimento à população negra ou indígena, constituída por três pessoas de notório saber na área, engajamento na atuação de igualdade racial e representatividade de gênero e raça indicadas e aprovadas pela Comissão do concurso.

§5º Após a divulgação dos resultados da última etapa do concurso, a Comissão Especial realizará entrevista, convocada em edital específico, com todas as pessoas inscritas para as vagas reservadas à população negra e indígena, na forma deste Regulamento, com a finalidade específica e exclusiva de se avaliar o fenótipo ou a ascendência de 1º grau de familiares dos (as) candidatos (as).

§6º A pessoa será eliminada do concurso se a condição autodeclarada de negro ou indígena for afastada por unanimidade da Comissão Especial.



§7º Os (as) candidatos(as) que não forem considerados(as) negros(as) ou indígenas pela comissão avaliadora ou não comparecerem ao procedimento de verificação seguirão no certame, mas disputando entre as vagas destinadas à ampla concorrência, caso tenha obtido pontuação para figurar entre estes classificados na Prova Escrita Preliminar.

§ 8º Da decisão denegatória da Comissão Especial caberá recurso, no prazo de 02 dias, para o Conselho Superior da Defensoria Pública.

Art. 24 - Serão reservadas 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no Concurso às pessoas com hipossuficiência econômica que facultativamente declarem tal condição no momento da inscrição provisória para fins do disposto na Lei Estadual 7.747/2017.

§1º - Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos(as) com hipossuficiência econômica para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos(as) demais candidatos(as) aprovados(as), observada a ordem de classificação;

§2ª - Os(as) candidatos(as) com hipossuficiência econômica concorrerão à totalidade das vagas ordinariamente oferecidas no Concurso, somente se utilizando da reserva referida no caput se forem aprovados(as) e não alcançarem classificação que os habilite à próxima etapa e nomeação dentro da ampla concorrência;

§3º - Na inscrição provisória, o(a) candidato (a) que declarar, nos termos do artigo 1º, §4º da Lei Estadual 7.747/2017, que pertence à população com hipossuficiência econômica e desejar concorrer às vagas reservadas deverá comprovar sua inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, conforme Decreto Federal nº 6.135/2007.

§4º Após a divulgação dos resultados da última etapa do concurso, a Comissão do Concurso poderá requerer, no prazo e forma prevista no Edital, documentos e informações suplementares com a finalidade específica de aferir a qualidade de hipossuficiente econômico do(a) candidato(a).

Art. 25. Nos casos omissos, aplicar-se-á o disposto na Lei Estadual 7.747/2017.

CAPÍTULO VIII

DA INSCRIÇÃO DEFINITIVA



Art. 26 - O requerimento de inscrição definitiva, dirigido à Coordenação do Concurso, é condicionado à aprovação do(a) candidato(a) nas Provas Escritas Específicas, podendo ser feito pelo próprio ou por procurador(a) com poderes específicos expressos em instrumento de mandato.

Art. 27 - O requerimento será instruído obrigatoriamente com:

I. a prova documental do teor da declaração do §3º do art. 19 deste Regulamento e

II. currículo do(a) candidato(a), instruído com a prova hábil dos títulos, assim considerados aqueles mencionados no art. 63 deste Regulamento.

Parágrafo Único - O prazo para o requerimento da inscrição definitiva será de 7 (sete) dias, a contar da data da publicação do resultado das Provas Escritas Específicas, prorrogável a critério do Coordenador do Concurso.

Art. 28 - A prova do teor da declaração do § 3º do art. 19 dar-se-á da seguinte forma:

I. cópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento, ou cópia simples mediante apresentação dos respectivos originais;

II. comprovante de domicílio;

III. certidão atual, do último decênio, fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral do local do(s) domicílio(s) eleitoral(is) do(a) candidato(a) no período, indicando que está quite com suas obrigações eleitorais e em pleno gozo dos direitos políticos.

IV. cópia autenticada do certificado de reservista, ou cópia simples mediante apresentação do respectivo original;

V. certidão atual, do último decênio, da Seção da Ordem dos Advogados em que estiver inscrito o(a) candidato(a) e/ou das autoridades a que o mesmo estiver diretamente subordinado ou vinculado, no sentido de nunca haver sofrido penalidades ou praticado atos desabonadores no exercício de cargos públicos, advocacia ou atividades públicas, conforme o caso.



VI. certidões atuais, do último decênio, dos distribuidores da Justiça Federal, da Justiça Estadual, e das Auditorias Militares Federais e Estadual, do domicílio do candidato, relativas a distribuição de inquéritos e ações penais, e de interdições e tutelas;

VII. cópia autenticada do diploma de bacharel em direito, devidamente registrado nos órgãos competentes, ou documento equivalente, que comprove ter o requerente colado grau, ou cópia simples mediante apresentação dos respectivos originais;

VIII. certidão do estágio ou do exercício da atividade referida, expedida pelo órgão oficial competente, para o caso de comprovação de tempo de prática profissional consubstanciada na frequência a estágios profissionais de Direito, oficiais ou reconhecidos;

IX. Certidões expedidas por cartórios ou secretarias de juízo, ou relação fornecida por serviço oficial uniformizado de controle de distribuição e andamento de, no mínimo, 5 (cinco) processos por ano, relacionando os feitos, com número e natureza em que o candidato teve ou tem atuação como patrono de parte;

X. Certidão circunstanciada, expedida pelo órgão competente, do exercício do cargo, emprego ou função pública não privativa de bacharel em Direito, indicando as atribuições exercidas e a prática reiterada de atos que exijam a utilização preponderante de conhecimento jurídico, cabendo à Comissão de Concurso, em decisão fundamentada, analisar a validade do documento.

§1º - Positivada nos documentos mencionados nos incisos III, V e VI a existência de penalidade ou distribuição, caberá ao candidato(a) oferecer esclarecimentos e provas da natureza não prejudicial das ocorrências verificadas, relativamente aos requisitos pessoais exigidos.

§2º – O bom estado de saúde física e psíquica, adequadas ao exercício das atividades inerentes ao cargo, será aferido pelo serviço de perícias médicas do Estado após a divulgação dos resultados da última etapa do concurso.

§3º- O(a) candidato(a) será eliminado caso os documentos comprobatórios estejam em desacordo com a declaração firmada à época da inscrição provisória, ou caso seja considerado inapto para o exercício do cargo nos exames de higidez física e mental.



§4º - Na hipótese de não haver alcançado as condições do inciso VI do art. 17, a apresentação dos documentos comprobatórios poderá ser prorrogada, a critério da Comissão do Concurso, até a data da posse, mas não poderá ultrapassá-la.

Art. 29 - O não atendimento no prazo assinalado no parágrafo único do art. 27, ou a desconformidade injustificada da declaração do art. 17 com os documentos do art. 27, ou com o que vier a ser apurado pela Comissão do Concurso acerca dos requisitos pessoais do candidato, importará na imediata eliminação do candidato, insubsistente a inscrição provisória.

Art. 30 - Os requerimentos de inscrição definitiva serão apreciados pelo Coordenador do Concurso, em conformidade com o disposto neste Regulamento, podendo ser ordenadas eventuais diligências, inclusive de caráter reservado, que se fizerem necessárias para a comprovação dos requisitos do art. 17.

Parágrafo Único - Do indeferimento da inscrição definitiva, pelo não cumprimento do que dispõem os arts. 26 e 27 ou pelo não preenchimento dos requisitos constantes do art. 2º deste Regulamento, caberá recurso, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, à Comissão do Concurso, que decidirá em caráter definitivo.

Art. 31 - A critério do Presidente da Comissão do Concurso, o exame da documentação e o deferimento da inscrição definitiva poderão ser prorrogados, mas deverão anteceder a realização das Provas Orais.

Art. 32 - A relação das inscrições definitivas deferidas será publicada nos termos do art. 10.

Art. 33 - A inscrição deferida poderá ser cancelada em qualquer fase do concurso, se ficar constatada a falsidade das declarações ou de quaisquer dos documentos apresentados pelo(a) candidato(a), ou se sobrevier o conhecimento de qualquer outro fato, mesmo anterior ao pedido de inscrição provisória, que torne o candidato inidôneo para exercer o cargo de Defensor(a) Público(a).

CAPÍTULO IX

DAS PROVAS



Art. 34 - As questões das provas do concurso versarão sobre as matérias relacionadas no art. 3º deste Regulamento, conforme a relação de pontos, distribuídas da seguinte forma:

BANCA I – Direito Civil; Direito Processual Civil; Direito Empresarial, Tutela Coletiva e Princípios Institucionais da Defensoria Pública.

BANCA II – Direito Penal; Direito Processual Penal, Direito de Execução Penal e Criminologia.

BANCA III – Direito Constitucional; Direito Administrativo; Direitos Humanos das Pessoas em Situação de Vulnerabilidade; Direito da Criança e do Adolescente.

§1º- A relação dos pontos, em número de 05 (cinco) para cada uma das matérias mencionadas no art. 3º, será publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte I - DPGE-RJ, passando a fazer parte integrante deste Regulamento.

§2º- Para a prova Escrita Preliminar não haverá sorteio de ponto.

§3º- Nas Provas Escritas Específicas, o ponto será sorteado em sessão pública a ser realizada no dia da prova, em horário previamente designado pela Comissão do Concurso, na presença de seus membros que se encontrarem no local e da Banca Examinadora, bem como daqueles candidatos que desejarem acompanhá-la.

§4º- Nas Provas de Sustentação Oral, o ponto será sorteado durante sessão pública pelo(a) próprio(a) candidato(a) imediatamente antes do início de sua prova.

Art. 35 – As provas Escritas Preliminares e Específicas, bem como as Provas de Sustentação Oral, realizar-se-ão em local, dia e hora determinados pela Comissão do Concurso.

Art. 36 - A Presidência da Comissão do Concurso poderá convocar Defensores(as) Públicos(as) para a fiscalização das provas.

Art. 37 - A convocação para todas as provas do concurso, bem como o local e horário do sorteio do ponto das provas escritas específicas será feita por Edital publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte I - DPGE-RJ, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, nele



indicados o dia e o local da prova, bem como o horário limite para o ingresso dos(as) candidatos(as).

§1º - Os(as) candidatos(as) deverão apresentar-se portando documento oficial de identidade, sendo-lhes obrigatória a entrega ao fiscal de telefones celulares ou quaisquer outros aparelhos de comunicação, assim que ingressar na sala de prova, sob pena de eliminação do certame.

§2º - Os(as) candidatos(as) deverão encontrar-se adequadamente trajados, vedado o uso de bermudas ou similares nos locais de realização das Provas Escritas Específicas, sendo obrigatório o uso de terno e gravata pelos homens por ocasião das Provas de Sustentação Oral.

Art. 38 – O(a) candidato(a) que deixar de se apresentar no local da prova até o limite do horário estabelecido para seu ingresso será considerado eliminado, qualquer que seja o motivo determinante do atraso.

Art. 39 - Será excluído do Concurso o(a) candidato(a) que:

I. for surpreendido durante a realização das provas em comunicação, por qualquer meio, com outro(a) candidato(a) ou com pessoa estranha à organização do concurso;

II. for surpreendido durante a realização das provas consultando livros, impressos, manuscritos ou qualquer outro material informativo que não esteja expressamente permitido;

III. desrespeitar membro da Comissão do Concurso e de seu pessoal de apoio administrativo, da Banca Examinadora ou da Fiscalização, assim como o que proceder de forma incompatível com as normas de civilidade e compostura exigíveis de um membro da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Único - A decisão de exclusão de candidato(a) pelas razões indicadas neste artigo caberá à Comissão de Concurso e efetivar-se-á por ato de seu Presidente.

Art. 40 - A ocorrência de qualquer dos fatos indicados no artigo anterior será consignada no próprio papel da prova escrita, com apreensão dos elementos de sua evidência, se for o caso.



Parágrafo Único – Quando da ocorrência não ficar evidência material, serão os fatos consignados em ata de reunião de Comissão de Concurso.

Art. 41 - A nota de cada prova, escrita ou oral, será graduada de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, calculados de acordo com as disposições específicas dos arts. 48, parágrafo único, 52, parágrafo único e Art. 62 §1º e §2º.

§ 1º Na avaliação das Provas serão considerados o acerto das respostas dadas, o grau de conhecimento do tema, a fluência e a coerência da exposição, a correção gramatical e a precisão da linguagem jurídica.

§ 2º Para os efeitos deste Regulamento, a média aritmética aproveitará até a segunda casa decimal, observado o critério matemático de arredondamento.

Art. 42 - Todas as provas escritas terão a duração de 5 (cinco) horas.

§ 1º - Nas Provas Escritas Preliminar e Específicas, os(as) candidatos(as) lançarão suas respostas às questões formuladas no idioma oficial, em linguagem escorreita, manuscrita, mediante o uso de caneta esferográfica azul, em papel fornecido pela Comissão de Concurso, devidamente autenticado, sempre conforme as instruções, respeitando, na primeira, o espaço delimitado para resposta a cada questão, sendo vedado o uso de corretor de texto.

§ 2º - Será eliminado do concurso o(a) candidato(a) que não respeitar o disposto no parágrafo anterior, que utilizar canetas de cores diversas da azul, ou colocar qualquer sinal ou símbolo estranho à escrita oficial, caso em que considerar-se-á identificada a prova.

§ 3º - Os três últimos candidatos(as) a terminarem a prova em uma mesma sala somente poderão deixá-la simultaneamente.

Art. 43 - Distribuídas as provas, fica vedada a comunicação dos candidatos(as) entre si ou com qualquer pessoa estranha à organização do concurso, por qualquer meio, até que entreguem seus cartões ou cadernos de respostas, conforme o caso, e se retirem definitivamente da sala onde estas sejam realizadas.



Art. 44 - Na Prova Escrita Preliminar não será permitida qualquer consulta e nas Provas Escritas Específicas será permitida apenas a consulta a textos legislativos, vedados aqueles comentados, ou anotados, bem como a consulta a quaisquer outros textos e a dicionários comuns ou jurídicos.

§1º - Não serão considerados textos anotados as exposições de motivos, enunciados de juizados especiais e tribunais de justiça e súmulas de jurisprudência dos tribunais superiores, bem como os que contiverem simples referência a outros textos legais, cabendo à Comissão de Concurso vedar a utilização daqueles que entender em desacordo com esta norma.

§2º – É vedada a consulta a qualquer compilação de conclusões extraídas de encontros de discussão de Defensores Públicos, Membros da Magistratura ou do Ministério Público, ou de profissionais da área do direito em geral, independentemente da denominação dada aos textos resultantes.

Art. 45 - Não será permitido aos candidatos(as) dirigirem-se aos membros da Comissão de Concurso, das Bancas Examinadoras e Fiscais, nem a qualquer outra pessoa, durante a realização das provas, para pedir esclarecimentos a respeito das questões formuladas, da inteligência de seu enunciado ou da forma de respondê-las.

Art. 46 - Na Prova Escrita Preliminar e nas Provas Escritas Específicas, após o recolhimento dos respectivos cadernos de respostas, a cada um daqueles será atribuído, aleatoriamente, um número de identificação, repetido em sua parte destacável, na qual o(a) candidato(a) deverá ter lançado número de inscrição, nome e assinatura conforme documento oficial, sob pena de eliminação do concurso.

§1º – As partes destacáveis mencionadas no caput, contendo a identificação dos(as) candidatos(as) serão encerradas, ato contínuo do processo de desidentificação, em envelope opaco, lacrado e rubricado pelos membros da Comissão de Concurso presentes e por 03 (três) candidatos(as) convocados(as) para o ato de desidentificação.

§2º – O envelope a que se refere o parágrafo anterior será guardado pela Comissão de Concurso em lugar seguro, só sendo permitida a respectiva abertura em sessão pública de identificação das provas de que trata o artigo seguinte.



Art. 47 - Serão divulgados, na forma prevista no art. 10 deste Regulamento, data, local e horário das sessões públicas de identificação da Prova Escrita Preliminar e das Provas Escritas Específicas, e divulgação dos respectivos resultados.

§1º – A Comissão do Concurso estará presente às sessões públicas de identificação das provas, facultativa a presença das Bancas Examinadoras e dos candidatos.

§2º – O Presidente da Comissão do Concurso convocará 3 (três) candidatos(as) para acompanharem a retirada do lacre do envelope contendo as partes destacáveis com a identificação dos(as) candidatos(as), designando escrutinadores que se incumbirão de identificar as provas e proclamar as notas.

§3º – Concluída a identificação das provas, o Presidente da Comissão de Concurso providenciará a afixação do resultado na sede da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e sua publicação, na forma do art. 10 deste Regulamento.

CAPÍTULO X

DA PROVA ESCRITA PRELIMINAR

Art. 48 - A Prova Escrita Preliminar será constituída de questões que poderão abranger algumas ou todas as matérias das disciplinas de que tratam o art. 3º deste Regulamento, em conformidade com a relação de pontos, para respostas concisas, em espaço delimitado no papel oficial.

Parágrafo Único - Cada prova será apreciada por, no mínimo, dois membros das Bancas Examinadoras, cada qual atribuindo graus às questões que houver formulado a respectiva banca, resultando a nota da prova, graduada de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, da soma das médias aritméticas dos graus atribuídos pelos examinadores a cada questão formulada.

Art. 49 – Será considerado(a) habilitado(a) candidato(a) que lograr obter 50 (cinquenta) pontos ou mais na prova escrita preliminar e simultaneamente for classificado:

I.até 338ª colocação na lista de ampla concorrência;

II.até 26ª colocação na lista própria dos que concorrem às vagas reservadas aos candidatos(as) com deficiência, observado artigo 22§5º;



III. até 104ª na lista própria dos que concorrem às vagas reservadas aos candidatos negros e índios, observado artigo 23§2º;

IV. até 52ª na lista própria dos que concorrem às vagas reservadas à população com hipossuficiência econômica, observado artigo 24, §1º.

§1º. As pessoas empatadas na última colocação serão consideradas habilitados a prosseguir no certame.

§2º Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos(as) com deficiência, negros (as) ou indígenas aprovados(as) para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos(as) demais candidatos(as) aprovados(as), observada a ordem de classificação e considerando-se todos os(as) candidatos(as) empatados na última posição.

Art. 50 Após o resultado de cada prova escrita preliminar, os(as) candidatos(as) poderão ter vista de prova, pessoalmente ou por procurador devidamente instruído com procuração designada para tal fim, nos 05 (cinco) dias úteis imediatamente subsequentes à data da respectiva publicação, conforme cronograma previamente divulgado.

§1º - Caberá recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis imediatamente subsequentes à data final para vista de prova.

§2º Não será permitida a retirada da prova do local da vista, nem para cópias, envio por fax ou gravação. O(a) candidato(a) poderá, no entanto, fotografar a sua resposta.

§3º - O recurso será redigido de próprio punho pelo(a) candidato(a), em formulário a ser disponibilizado pela Comissão de Concurso, e deverá ser entregue pessoalmente na sala da Comissão de Concurso em horário previamente designado, não se podendo anexar-lhe documentos, e aplicando-se-lhes o disposto nos §§ 1º e 2º dos art. 42.

§4º No recurso, fica vedada qualquer identificação (nome do candidato ou qualquer outro meio que o identifique), sob pena de não conhecimento do recurso.



§5º No momento da entrega do recurso pelo(a) candidato(a), será atribuído, aleatoriamente, um número de identificação, repetido no formulário de interposição entregue pela Comissão de Concurso em qual o(a) candidato(a) deverá ter lançado o seu número de inscrição, nome e assinatura conforme documento oficial.

§6º O recurso é restrito a caso de erro material ou de manifesto erro de avaliação. A Comissão Examinadora divulgará espelho com a indicação dos aspectos considerados na avaliação das respostas em até 05 dias úteis a contar da realização da prova.

§7º As Bancas Examinadoras decidirão acerca dos recursos em caráter definitivo e Coordenação do Concurso fará publicar o respectivo resultado.

CAPÍTULO XI

DAS PROVAS ESCRITAS ESPECÍFICAS

Art. 51 – Os(as) candidatos(as) habilitados na prova escrita preliminar, serão submetidos às provas escritas específicas, em número de 03 (três), compreendendo as seguintes Bancas Examinadoras:

BANCA I – Direito Civil; Direito Processual Civil; Direito Empresarial, Tutela Coletiva e Princípios Institucionais da Defensoria Pública.

BANCA II – Direito Penal; Direito Processual Penal, Direito de Execução Penal e Criminologia.

BANCA III – Direitos Humanos das Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito da Criança e do Adolescente.

Art. 52 - As notas das provas escritas específicas de cada Banca Examinadora serão graduadas de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, correspondendo à média aritmética dos graus atribuídos individualmente por seus respectivos Examinadores.

Parágrafo único. As provas serão apreciadas por, no mínimo, dois examinadores, sendo que as notas atribuídas a cada questão serão apostas no corpo da prova, em algarismos arábicos, acompanhados da respectiva rubrica, lançando-se o total das notas de cada examinador na folha de rosto, constituindo a nota final da prova a média aritmética dos graus por estes atribuídos.



Art. 53 – O(a) candidato(a) que não obtiver em qualquer das provas escritas específicas nota igual ou superior a 50 (cinquenta) será considerado eliminado do concurso.

Art. 54 - A primeira prova escrita específica (Banca I) será prestada por todos(as) os(as) candidatos(as) habilitados(as) na prova escrita preliminar, convocados por meio de Edital publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte I - DPGE-RJ (art. 10). A prova conterà questões formuladas pela Banca Examinadora e submetidas à Comissão do Concurso, compreendendo questões discursivas e elaboração de petições ou arrazoados, bem como questões de tipo misto, no âmbito do ponto sorteado.

Art. 55 - A segunda prova escrita específica (Banca II) será prestada por todos os(as) candidatos(as) que obtiverem 50 (cinquenta) pontos ou mais na primeira prova escrita específica, portanto habilitados, convocados através de Edital publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte I - DPGE-RJ, na forma do art. 10, e será realizada e formulada nos mesmos moldes do artigo anterior.

Art. 56 - A terceira prova escrita específica (Banca III) será prestada por todos(as) os(as) candidatos(as) que obtiverem 50 (cinquenta) pontos ou mais na segunda prova escrita específica, portanto habilitados, convocados através de Edital publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte I - DPGE-RJ na forma do art. 10 e será realizada e formulada nos mesmos moldes do art. 54.

Art. 57 - Após o resultado de cada prova escrita específica os(as) candidatos(as) poderão ter vista de prova, pessoalmente ou por procurador devidamente instruído com procuração designada para tal fim, nos 02 (dois) dias úteis imediatamente subsequentes à data da respectiva publicação, conforme cronograma previamente divulgado.

Parágrafo único. Aplicar-se-á o disposto nos §1º ao §7º do artigo 50.

Art. 58 - Publicado o resultado dos recursos interpostos da terceira prova escrita específica (Banca III), o Coordenador do Concurso fará publicar as notas das Provas Escritas, relativamente aos(as) candidatos(as) habilitados a prestar as Provas de Sustentação Oral.

CAPÍTULO XII



DAS PROVAS DE SUSTENTAÇÃO ORAL

Art. 59 – Os(as) candidatos(as) habilitados a prestar as provas de sustentação oral serão convocados por Edital publicado na forma do art. 10 deste Regulamento, com indicação do local, dia e horário de sua realização.

Art. 60 - A Prova de Sustentação Oral consistirá na resolução de questão prática elaborada pela Banca Examinadora e arguição sobre o ponto sorteado pelo(a) candidato(a) e terá duração máxima de 25 minutos, não computado o tempo reservado à leitura da questão pelo candidato.

§1º - O(a) candidato(a) terá o prazo de 10 minutos para ler a questão elaborada pela Banca Examinadora, permitida a consulta a textos legislativos, fornecidos pela Comissão do Concurso, vedados aqueles comentados ou anotados, bem como a consulta a quaisquer outros textos e a dicionários comuns ou jurídicos.

§2º - O(a) candidato(a) sustentará oralmente a manifestação ou a peça processual pertinente à questão prática, os fundamentos jurídicos da sua resposta, e os pedidos e requerimentos cabíveis, proibida a consulta a qualquer texto no curso da sustentação.

§3º - A critério da Banca Examinadora, o(a) candidato(a) poderá ser arguido sobre outras questões além da mencionada no caput do artigo, no âmbito do ponto sorteado.

§4º - Na avaliação da Prova de Sustentação Oral, serão considerados o acerto da resposta à questão prática e das respostas às eventuais arguições, o grau de conhecimento do tema, a capacidade de articulação do pensamento, a fluência da exposição, a correção gramatical e a precisão da linguagem jurídica.

Art. 61 - A prova oral será gravada pela organização do concurso, sem prejuízo do disposto na Lei 2760, de 21.07.97.

Art. 62 - Os graus, de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, individualmente atribuídos pelos Examinadores, serão lançados sigilosamente em folha de papel apropriado, rubricada no ato, assinalados os nomes dos(as) candidatos(as) eventualmente ausentes.



§ 1º - As notas de cada Banca Examinadora corresponderão às médias aritméticas dos graus atribuídos individualmente por seus respectivos examinadores, e serão divulgadas publicamente ao final do dia.

§ 2º - A nota da prova de sustentação oral será a média aritmética das notas das Bancas Examinadoras.

§ 3º - A prova de sustentação oral terá caráter eliminatório.

§ 4º - O resultado das provas de sustentação oral será publicado na forma do art. 10 deste Regulamento, contando desta data o prazo de 48 horas para vista, podendo ser interposto recurso no prazo de 07 (sete) dias úteis.

CAPÍTULO XIII

DOS TÍTULOS

Art. 63 - A prova de títulos terá por fim verificar e avaliar a experiência e formação acadêmica e profissional do(a) candidato(a), bem como sua cultura geral.

Parágrafo único - A prova de títulos não terá caráter eliminatório, servindo a respectiva nota apenas para somar-se à média das provas anteriores do candidato, para fins de classificação.

Art. 64 - Na oportunidade do requerimento de que trata o art. 26, deverá o(a) candidato(a) apresentar no seu currículo a relação dos títulos e instruí-los com a prova hábil dos títulos a que se refere o art. 27.

§ 1º - Constituem títulos, aos quais serão atribuídos a seguinte pontuação:

I. 5,0 pontos para a aprovação em concurso público de provas e títulos, para o exercício das profissões de Defensoria Pública, Ministério Público, Magistratura, Advocacia Geral da União e Procuradoria Geral do Estado;

II. 4,0 pontos para Doutorado na área jurídica, reconhecido oficialmente pelo órgão nacional brasileiro competente;



- III. 3,0 pontos para o exercício de magistério superior de direito; autoria de livros jurídicos; Mestrado na área jurídica, reconhecido oficialmente pelo órgão nacional brasileiro competente, e aprovação em concurso público de provas e títulos para o Magistério Superior de Direito;
- IV. 3,00 pontos para a nomeação e efetivo exercício no cargo de Técnico Superior Jurídico da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, por pelo menos um ano.
- V. 2,0 pontos para aprovação em concurso público para cargo que exija o requisito de ser bacharel em direito;
- VI. 1,5 pontos para Pós-Graduação na área jurídica, reconhecida oficialmente pelo órgão nacional brasileiro competente;
- VII. 1,0 ponto para a conclusão de cursos regulares ministrados pela Fundação Escola Superior da Defensoria Pública;
- VIII. 1,0 ponto para cada publicação, em autoria individual, e que obrigatoriamente envolva uma das matérias abrangidas pelo Concurso, em periódicos com avaliação Qualis/CAPES nos estratos A e B;
- IX. 1,5 ponto para cada publicação em autoria individual ou coautoria, por meio de editora com conselho editorial estabelecido, de livro jurídico devidamente registrado no ISBN/ISSN;
- X. 0,5 ponto para o efetivo exercício de função, cargo, ou emprego público, na forma da Lei 2.646 de 22 de novembro de 1996;
- XI. 0,5 ponto para estagiário oficial da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, a cada 6 meses de estágio, comprovado por certidão do Estágio Forense
- XII. 0,5 ponto para a participação no programa de residência jurídica da Defensoria Pública a cada 6 meses de exercício, comprovado por certidão da Coordenação da Residência Jurídica da Defensoria Pública.

§ 2º- Os títulos de que trata o parágrafo anterior serão comprovados por certidão hábil comprobatória da aprovação da qual constem a natureza das provas do Concurso, as notas obtidas, a aprovação, a classificação, o número de candidatos concorrentes e sua homologação; os de que cogitam os incisos II e III por cópia dos respectivos diplomas devidamente registrados



nos órgãos competentes ou cópia simples acompanhada do respectivo original, através de exemplares da publicação e por certidão do respectivo estabelecimento de ensino; os do inciso IV por certidão do Departamento de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; os do inciso VI por certidão do respectivo estabelecimento de ensino; os do inciso VII os por certificado de conclusão de curso da Fundação Escola Superior da Defensoria Pública; os dos incisos VIII E IX através de exemplares da publicação com prova das especificações requeridas; e os do inciso X, XI, XII por certidão do órgão oficial competente.

Art. 65 - Uma vez divulgados os resultados das provas de sustentação oral, o Presidente da Comissão do Concurso designará a data da reunião para avaliação dos títulos apresentados.

Art. 66 - No julgamento dos títulos será atribuído ao conjunto daqueles apresentados, grau que variará de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, segundo sua natureza e espécie.

Art. 67 - Avaliados os títulos apresentados pelos(as) candidatos(as) aprovados(as), proceder-se-á à publicação do respectivo resultado, na forma do art. 10 deste Regulamento, com a relação nominal dos(as) candidatos(as) e das notas por eles obtidas.

Parágrafo Único – O(a) candidato(a) poderá impugnar a avaliação dos seus títulos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da data da publicação referida no caput deste artigo, requerendo à Comissão do Concurso a revisão dos graus atribuídos.

CAPÍTULO XIV

DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO

Art. 68 - Decididas as impugnações acaso manifestadas, proceder-se-á à apuração do resultado final do Concurso, em reunião da Comissão do Concurso.

Parágrafo único - A nota final do candidato será apurada pela média aritmética das notas das seguintes provas: prova escrita preliminar, prova específica da Banca I, prova específica da Banca II, prova específica da Banca III e prova de sustentação oral; acrescida da nota da prova de títulos.

Art. 69 - A classificação dos(as) candidatos(as) far-se-á na ordem decrescente das notas finais, apuradas como referido no artigo anterior, observada Lei Estadual 6.067/11.



§ 1º - Se mais de um candidato obtiver a mesma nota final, observar-se-á, como critério de desempate, as médias obtidas nas Provas Escritas Específicas, a nota das provas de sustentação oral, a nota da Prova Escrita Preliminar, e a nota da prova de títulos, nesta ordem e considerada cada uma destas isolada e sucessivamente.

§2º - Persistindo o empate, depois de observados os critérios do parágrafo antecedente, a classificação será definida em favor do(a) mais idoso(a).

§3º - Finda a apuração do resultado final do Concurso, o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado homologará a classificação final dos(as) candidatos(as), que será publicada na forma do art. 10, cabendo requerimento de revisão no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

CAPÍTULO XV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 70 - Após o término do Concurso, ou excepcionalmente antes dele, poderão ser devolvidos os documentos apresentados pelos(as) candidatos(as) eliminados(as), para instrução da respectiva inscrição ou da prova de títulos, desde que não tenha o interessado ingressado com qualquer postulação judicial pertinente ao Concurso.

§1º - Todos os documentos e provas dos(as) candidatos(as) aprovados(as) serão arquivados por 5 (cinco) anos, a contar da publicação da homologação do resultado final do concurso.

§2º - Decorridos 60 (sessenta) dias da publicação da homologação do resultado final do concurso, a documentação apresentada pelos requerentes de inscrição indeferida e pelos(as) candidatos(as) eliminados(as) será incinerada, precedido de Edital, com prazo de 15 (quinze) dias para sua retirada pelos interessados.

§3º - Decorridos 120 (cento e vinte) dias da publicação a que se refere o parágrafo anterior serão incinerados todos os documentos nele mencionados, independentemente de qualquer formalidade, ressalvados aqueles destinados ao arquivo, por determinação legal, bem como na hipótese de estarem sub judice quaisquer das decisões da Comissão do Concurso.



Art. 71 - O valor da taxa de inscrição será previamente fixado pelo Presidente da Comissão do Concurso e anunciado quando da publicação de que cuida o art. 16, parágrafo único, deste Regulamento, assim como o valor da taxa de recurso, a ser divulgado por ocasião da publicação do resultado de cada prova.

Art. 72 - O prazo de validade do concurso será de 02 (dois) anos, prorrogável por igual período.

Art. 73 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Concurso.

Art. 74 - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANDRÉ LUÍS MACHADO DE CASTRO

Presidente

DENIS DE OLIVEIRA PRAÇA

RODRIGO BAPTISTA PACHECO

ELIANE MARIA BARREIROS AINA

Conselheiros Natos

GEÓRGIA VIEIRA PINTOS CABEÇOS

BERNARDETT DE LOURDES DA CRUZ RODRIGUES

LEANDRO SANTIAGO MORETTI

RENATA PINHEIRO FIRPO HENNINGSEN

LUIS FELIPE DRUMMOND PEREIRA DA CUNHA

CLAUDIA DALTRO COSTA MATOS

Conselheiros Classistas

JULIANA BASTOS LINTZ

Presidente/ADPERJ

PEDRO DANIEL STROZENBERG

**COMISSÃO DO XXVI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA
CARREIRA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

AVISO

O COORDENADOR GERAL DO XXVI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO faz saber aos interessados que a Prova Escrita Preliminar será realizada no dia **05 de agosto de 2018 (domingo)**, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Pavilhão Reitor João Lyra Filho, Maracanã, Rio de Janeiro/RJ.

A abertura do portão dar-se-á às **12:00 horas** e seu fechamento às **13:00 horas**. A distribuição dos candidatos nas salas será divulgada oportunamente.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO DO CONCURSO
AVISO

XXVI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO faz saber aos interessados, o cronograma preliminar, com datas sujeitas a alterações, do XXVI Concurso para Ingresso na Classe Inicial da Carreira da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro:

Data prevista	
25/04/2018	Abertura das Inscrições
25/06/2018	Fechamento das Inscrições
28/06/2018	Prazo final para pagamento do boleto de inscrição
05/08/2018	Data da prova escrita preliminar
25/11/2018	Data da prova escrita específica da Banca I
27/01/2019	Data da prova escrita específica da Banca II
17/03/2019	Data da prova escrita específica da Banca III
24/04/2019	Data das Provas Orais
31/05/2019	Resultado final do concurso



COMISSÃO DO XXVI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO faz saber aos interessados que, conforme deliberação da Comissão, a relação de pontos das matérias elencadas no art. 3º do Regulamento do Concurso é a seguinte:

DIREITO CIVIL

PONTO I

- a) Norma jurídica. Vigência. Interpretação e adequação da lei. Conflito de leis no tempo e no espaço. Pessoas naturais e jurídicas. Domicílio. Direitos da personalidade. Pessoas jurídicas como titulares de direitos fundamentais. Ausência. Tutela dos vulneráveis.
- b) Casamento. Regime de bens entre cônjuges e entre companheiros. Separação de fato. Dissolução da sociedade conjugal e do vínculo matrimonial. União estável. Direitos sucessórios (sucessão legítima e testamentária).
- c) Posse. Propriedade. Condomínio. Direitos de vizinhança. Registros Públicos. Leis nºs. 6.015/73 e 8.935/94.
- d) Princípios fundamentais do direito civil. Exercício e abuso de direito. Responsabilidade civil. Prescrição e decadência. Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Ato ilícito.
- e) Direito do consumidor. Proteção contratual. Responsabilidade civil nas relações de consumo. Teoria do Desvio Produtivo. Prescrição e decadência nas relações de consumo. Boa-fé e vulnerabilidade do consumidor nos contratos. Contratos de planos de saúde - Regulação da ANS - Proteção administrativa do consumidor. Empréstimos consignados.

PONTO II

- a) Fatos jurídicos. Negócio jurídico. Atos ilícitos. Responsabilidade civil. Prescrição e decadência.
- b) Relações de parentesco. Poder familiar. Adoção. Casamento. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Alimentos. União estável. Nascituro. Embriões excedentários. Relações familiares plurais. Registro civil de pessoas naturais.
- c) Modos de aquisição e de perda da propriedade. Usucapião (judicial e extrajudicial). Direito de superfície. Função social e ambiental da posse e da propriedade. Condomínio. Direito de laje.
- d) Obrigações e contratos. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento. Solidariedade. Cláusula penal. Contratos em espécie.
- e) Direito do consumidor. Proteção constitucional do consumidor. Código de Defesa do Consumidor: pensamento sistemático e diálogo das fontes. Responsabilidade civil nas relações de consumo. Teoria do Desvio Produtivo. Prescrição e decadência nas relações de consumo. Serviços públicos concedidos - Agências reguladoras - Proteção administrativa do consumidor.



PONTO III

- a) Defeitos dos negócios jurídicos. Inexistência, nulidade e anulabilidade. Prescrição e decadência.
- b) Bens. Bens de família. Casamento. União estável. Regime de bens. Dissolução da união estável e do vínculo conjugal. Alimentos. Registro civil de pessoas naturais.
- c) Pessoa natural: capacidade e emancipação. Incapacidade. Internação psiquiátrica involuntária. Tutela. Curatela. Sucessão (legítima e testamentária).
- d) Posse. Propriedade. Direitos reais limitados. Direitos reais de garantia. Direito de laje.
- e) Contratos. Contrato de adesão. Contratos bancários. Juros. Superendividamento do consumidor. Contratos de planos de saúde - Regulação da ANS – Proteção administrativa do consumidor. Responsabilidade civil. Ato ilícito. Dano moral. Responsabilidade civil por perda de uma chance.

PONTO IV

- a) Casamento. Relações de parentesco. Proteção à pessoa dos filhos. União estável. Alienação parental. Princípio da paternidade responsável. Nascituro. Embriões excedentários. Relações familiares plurais. Usufruto e administração de bens de filhos incapazes. Registro civil de pessoas naturais.
- b) Propriedade. Posse. Usucapião. Direito de superfície. Direito de laje. Registro público imobiliário.
- c) Contratos. Princípios dos contratos. Teoria da imprevisão. Teoria da resolução por onerosidade excessiva. Adimplemento substancial. Dever de renegociação. Contratos em espécie.
- d) Direitos da personalidade. Pessoas jurídicas. Pessoas jurídicas como titulares de direitos fundamentais. Associações e fundações.
- e) Direito do consumidor. Proteção contratual. Direito à informação. Vinculação das declarações de vontade. Direito de arrependimento nas relações de consumo. Interpretação dos contratos. Garantias contratual e legal. Cláusulas contratuais abusivas. Boa-fé e vulnerabilidade do consumidor nos contratos. Contratos bancários. Juros. Superendividamento do consumidor. Empréstimos consignados.

PONTO V

- a) Propriedade imobiliária: Promessa de compra e venda. Imóveis loteados. Direito de laje. Adjudicação compulsória. Contrato de compra e venda. Contrato de doação. Contrato de locação. Contrato de comodato. Registro público imobiliário.
- b) Casamento. União estável. Alimentos. Alimentos gravídicos. Reprodução medicamente assistida. Planejamento familiar. Guarda. Princípio da paternidade responsável. Sucessão (legítima e testamentária). Registro civil de pessoas naturais.
- c) Obrigações e contratos. Adimplemento e extinção. Inadimplemento. Solidariedade. Cláusula penal. Contratos em espécie.
- d) Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Desconsideração da personalidade jurídica. Dano moral. Dano estético.



e) Direito do consumidor. Direitos básicos do Consumidor. Publicidade enganosa e abusiva. Contratos bancários. Juros. Superendividamento do consumidor. Contratos de planos de saúde - Regulação da ANS - Proteção administrativa do consumidor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PONTO I

- a) Processo e Constituição. Acesso à justiça. Justiça Multiportas: conciliação, mediação e arbitragem. Direito colaborativo. Normas de direito processual civil. Tutela provisória.
- b) Princípios do processo civil. Jurisdição (contenciosa e voluntária). Recursos. Teoria dos precedentes judiciais: precedentes obrigatórios. Distinção e superação de precedentes. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Incidente de Assunção de Competência. Súmulas Vinculantes. Julgamento de recursos excepcionais repetitivos.
- c) Ação e processo. Competência. Execução. Ações locatícias.
- d) Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Partes e procuradores. Advocacia (privada e pública). Defensoria Pública. Ministério Público. Responsabilidade processual. Gratuidade de justiça.
- e) Atos processuais. Convenções processuais. Prazos. Preclusão. Comunicação dos atos processuais. Nulidades. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo eletrônico.

PONTO II

- a) Procedimento comum. Princípios do processo civil. Justiça Multiportas: conciliação, mediação e arbitragem. Direito colaborativo.
- b) Petição inicial. Demanda. Da improcedência liminar do pedido. Tutela provisória. Posturas do réu diante da demanda.
- c) Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Julgamento antecipado do mérito. Audiência de conciliação e mediação. Saneamento. Audiência de instrução e julgamento. Recursos.
- d) Direito probatório (teoria geral das provas e provas em espécie). Ônus da prova. Ônus da prova nas relações de consumo. Ações decorrentes da relação locatícia.
- e) Sentença, coisa julgada e outras estabilidades das decisões judiciais. Teoria da decisão judicial. Liquidação da sentença. Execução. Teoria dos precedentes judiciais: precedentes obrigatórios. Distinção e superação de precedentes. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Incidente de Assunção de Competência. Súmulas Vinculantes. Julgamento de recursos excepcionais repetitivos.

PONTO III

- a) Processo de execução. Títulos executivos (judiciais e extrajudiciais). Responsabilidade patrimonial. Competência. Legitimidade. Teoria dos precedentes judiciais: precedentes obrigatórios. Distinção e superação de precedentes. Incidente de



Resolução de Demandas Repetitivas. Incidente de Assunção de Competência. Súmulas Vinculantes. Julgamento de recursos excepcionais repetitivos. Recursos.

- b) Cumprimento de sentença e execução por quantia certa. Ações locatícias.
- c) Cumprimento de sentença e execução da obrigação de fazer, não fazer e entregar (autônoma e incidental). Meios executivos. Cumprimento de sentença e execução contra a Fazenda Pública. Cumprimento de sentença e execução de obrigação alimentar. Execução fiscal. Princípios do processo civil.
- d) Formas de defesa do executado. Impugnação ao cumprimento de sentença. Embargos à execução. Objeção de pré-executividade. Defesas heterotópicas. Embargos de terceiro.
- e) Tutela provisória. Juizados especiais (cíveis e fazendários).

PONTO IV

- a) Ação para cumprimento da obrigação de fazer, não fazer e entrega de coisa. Ação de consignação em pagamento. Ação de exigir contas. Ação de busca e apreensão em alienação fiduciária em garantia. Ações locatícias. Princípios do processo civil.
- b) Ação possessória. Ação de divisão e demarcação de terras. Ação de dissolução parcial da sociedade. Embargos de terceiro. Oposição. Teoria dos precedentes judiciais: precedentes obrigatórios. Distinção e superação de precedentes. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Incidente de Assunção de Competência. Súmulas Vinculantes. Julgamento de recursos excepcionais repetitivos.
- c) Ação de inventário e da partilha. Ação de arrolamento. Ação de alvará judicial. Habilitação. Ação de restauração de autos. Ação monitória. Procedimentos de jurisdição voluntária. Procedimentos extrajudiciais previstos no CPC (consignação extrajudicial, divórcio extrajudicial, inventário extrajudicial e usucapião extrajudicial). Ação e processo.
- d) Ações de família. Ações relativas à obrigação alimentar. Ação de investigação de paternidade. Ação negatória de paternidade. Ação de divórcio. Procedimentos relativos às averbações, retificações e anotações no registro civil. Ação de mandado de segurança individual. Ação de adjudicação compulsória. Competência.
- e) Juizados especiais (cíveis e fazendários). Ação de reclamação constitucional. Tutela provisória.

PONTO V

- a) Ordem dos processos no tribunal. Julgamento monocrático e colegiado. Teoria dos precedentes judiciais: precedentes obrigatórios. Distinção e superação de precedentes. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Incidente de Assunção de Competência. Súmulas Vinculantes. Julgamento de recursos excepcionais repetitivos. Juizados especiais (cíveis e fazendários).
- b) Ação de homologação de decisão estrangeira e da concessão do *exequatur* à carta rogatória. Ação rescisória. Ação anulatória. Princípios do processo civil. Sentença, coisa julgada e outras estabilidades das decisões judiciais.
- c) Teoria geral dos recursos. Eficácia da decisão. Tutela provisória na fase recursal.
- d) Apelação. Agravo Interno. Agravo de Instrumento. Recurso Especial Recurso Extraordinário. Agravo em Recurso Especial ou Extraordinário.



e) Embargos de declaração. Mandado de Segurança. Recurso ordinário constitucional. Embargos de divergência. Sucumbência recursal.

DIREITO EMPRESARIAL

PONTO I

- a) O direito empresarial à luz da ordem constitucional brasileira. A empresa e o empresário. O estabelecimento. O nome empresarial. O Direito de Empresa no novo Código Civil. Transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades. Liquidação das sociedades. Registro público de empresas mercantis e atividades afins.
- b) Contrato de locação empresarial. Particularidades. Disciplina legal. Ação renovatória. Condições. Legitimidade. Prazos. Dispensa de renovação. Procedimento na ação renovatória.
- c) Contratos de plano de saúde. Contratos bancários. Operações ativas e passivas dos bancos. Contrato de cartão de crédito. Juros moratórios e remuneratórios. Responsabilidade civil dos bancos. Alienação fiduciária em garantia. Arrendamento mercantil. *Factoring*. O Comércio eletrônico.
- d) Títulos de crédito. Títulos de crédito impróprios. Cédulas de crédito bancário. Títulos de crédito do agronegócio. Títulos de crédito eletrônicos ou virtuais. Princípios do direito cambiário. Aval, fiança e outras garantias. Endosso. Protesto. Ação cambial. Prescrição.
- e) Insolvência civil. Falência. Recuperação judicial.

PONTO II

- a) Teoria geral da empresa. As pessoas que podem e as que são impedidas de exercer atividade empresarial. Formalidades e registros relativos às empresas.
- b) As sociedades. Sociedade não personificada. Sociedade personificada. Sociedade limitada. Sociedade cooperativa. Sociedade anônima. Direitos e responsabilidade dos sócios. Desconsideração da personalidade jurídica.
- c) Títulos de crédito. Cheque. Letra de câmbio. Nota promissória. Duplicata de compra e venda mercantil e de prestação de serviços. Cédula de crédito bancário. Aval, fiança e outras garantias. Endosso. Protesto de títulos. Ação cambial. Prescrição.
- d) A ordem econômica. Concorrência e livre iniciativa. Franchising. Contrato de Representação ou Agência. Características da representação. O representante é um empresário? Exclusividade da representação. Comissão sobre as vendas. Foro competente. Natureza do crédito na falência do representado.
- e) Contratos mercantis. Venda com reserva de domínio. Leasing. Alienação fiduciária. Representação comercial.

PONTO III

- a) Extinção, dissolução e liquidação das sociedades. Desconsideração da personalidade jurídica.
- b) Contratos de plano de saúde. Contratos bancários em geral. Características. Operações bancárias. A intervenção do Estado nos negócios bancários. Incidência do



Código de Defesa do Consumidor. Juros moratórios e remuneratórios. Alienação fiduciária em garantia. Arrendamento mercantil. *Factoring*.

c) Títulos de crédito. Princípios do direito cambiário. Aval, fiança e outras garantias. Endosso. Protesto. Ação cambial. Prescrição. Conhecimento de frete ou de transporte. Natureza jurídica. Figuras intervenientes. Formas de circulação. A responsabilidade do endossante. O *stoppage in transit*. A responsabilidade do emitente. Cláusula de não indenizar. Conhecimento de transporte multimodal.

d) Falência. Sujeitos. Classificação de créditos. Ação revocatória. Pedido de restituição. Recuperação judicial. Meios de recuperação.

e) Titular da empresa. Requisitos para o exercício da empresa. Capacidade e incapacidade. Menor. Interdito. Incompatibilidades funcionais. Proibição do comércio. Contrato de corretagem. Obrigações do corretor. Remuneração. Pluralidade de corretores. Dispensa do corretor.

PONTO IV

a) O direito empresarial à luz da ordem constitucional brasileira. A empresa e o empresário. Empresário individual. Empresário regular. Sociedade limitada.

b) Locação comercial. Fundo de comércio. O nome empresarial. Sociedades coligadas. Sociedades por ações. Espécies. Sociedade anônima.

c) Títulos de crédito. Cheque. Letra de câmbio. Nota promissória. Duplicata de compra e venda mercantil e de prestação de serviços. Cédula de crédito bancário. Aval, fiança e outras garantias. Endosso. Protesto. Ação cambial. Prescrição.

d) Sociedade. Responsabilidade limitada, ilimitada e solidária. Responsabilidade do sócio-gerente e do administrador. Exclusão do sócio. Cessão de cotas. Dissolução parcial. Retirada do sócio. Desconsideração da personalidade jurídica. Responsabilidade dos sócios cotistas. Exclusão do sócio. Os prepostos.

e) Deliberações sociais. O conceito de maioria. Assembleia e reunião de quotistas. Dispensa. Convocação e instalação. *Quorum*. Ilegalidade e a responsabilidade dos sócios. O conselho fiscal na sociedade limitada. Dissolução, liquidação e extinção da sociedade. Unipessoalidade temporária. Abuso do direito e fraude através da personalidade jurídica. Doutrina da desconsideração da pessoa jurídica.

PONTO V

a) Sociedades Empresárias. Caracterização. Tipos societários. Elementos. Classificação. Natureza do ato constitutivo. Personalidade Jurídica. Sociedades em comum. Sociedade limitada. Sociedades por ações. Espécies. Sociedade anônima.

b) Títulos de crédito. Princípios do direito cambiário. Aval, fiança e outras garantias. Endosso. Protesto. Ação cambial. Prescrição. Ação de locupletamento. A responsabilidade em caso de desapossamento da letra de câmbio: teorias da criação e da emissão. Ação de anulação e substituição de títulos.

c) Insolvência civil. Falência. Recuperação judicial.

d) Contratos bancários. Operações ativas e passivas dos Bancos. Contrato de cartão de crédito. Sistema de cartão de crédito. Natureza Jurídica. Características. Direitos e obrigações das partes. Incidência. Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90). Juros moratórios e remuneratórios. Responsabilidade civil dos Bancos. Alienação fiduciária em garantia. Arrendamento mercantil. *Factoring*.



e) A ordem econômica. Concorrência e livre iniciativa. Franchising.

TUTELA COLETIVA

PONTO I

- a) Fundamentação científica. Hermenêutica jurídica.
- b) Evolução histórica (Brasil e mundo). Ordem constitucional.
- c) Defensoria Pública e ações coletivas.
- d) Tutela coletiva de direitos e Acesso à Justiça. Princípios.
- e) Processo coletivo.

PONTO II

- a) A integração normativa (Constituição Federal, Lei da Ação Civil Pública, Código de Defesa do Consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei do Mandado de Segurança, Lei da Ação Popular, Estatuto da Pessoa com Deficiência e outras leis especiais). Competência.
- b) Elementos conceituais (situação coletiva, causa coletiva, interessados coletivos, legitimados coletivos, instrumentos extrajudiciais coletivos, ação coletiva, processo coletivo, questão coletiva, decisão coletiva).
- c) Objetivos. Condições da ação coletiva. Litispêndência e conexão. Prescrição.
- d) Princípios. Procedimentos coletivos.
- e) Classificação dos interesses coletivos. Sentença e coisa julgada.

PONTO III

- a) Meios alternativos de composição dos conflitos coletivos. Relação com a busca do Acesso à Justiça.
- b) Representação e remessa de peças aos legitimados coletivos. Publicação de editais. Audiência pública. *Amicus curiae*.
- c) Requisição de certidões e informações. Habilitação. Litisconsórcio.
- d) Procedimentos administrativos para investigação das situações coletivas. Liquidação e execução coletiva.
- e) Termo de ajustamento de conduta. Interação entre as ações coletivas e as ações individuais.

PONTO IV

- a) Legitimidade. Defensoria Pública e ações coletivas. Coisa julgada coletiva. Aplicação subsidiária do CPC.
- b) Habilitação. Litisconsórcio. Deslocamento do legitimado passivo para o polo ativo. Desistência da demanda e assunção da titularidade ativa. Assunção da titularidade no caso do autor coletivo inerte. Intervenção do Ministério Público (fiscal da lei).
- c) Competência. Pedido coletivo. Tutelas liminares. Suspensão de execução da liminar. Provimentos coletivos.



- d) Atividade probatória. Instrumentos de participação democrática. Ação coletiva passiva.
- e) Sistema de isenção de encargos processuais. Responsabilidade solidária e desconsideração da personalidade jurídica das associações civis. Fundo de reparação aos bens jurídicos lesados. Recursos. Liquidação e execução coletiva.

PONTO V

- a) Estruturação procedimental das ações coletivas (ações coletivas com rito especial e ações coletivas sem rito especial). Ação civil pública.
- b) Ação coletiva para a defesa de interesses individuais homogêneos. Ação coletiva inibitória. Ação de mandado de segurança coletivo. Habilitação. Litisconsórcio.
- c) Ação popular. Ação de usucapião coletiva. Ação coletiva cautelar. Classificação dos interesses coletivos.
- d) Termo de ajustamento de conduta. Liquidação e execução da obrigação coletiva pecuniária. Liquidação e execução das obrigações coletivas mandamentais.
- e) Controle de constitucionalidade. Sentença e coisa julgada coletiva.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

PONTO I

- a) Histórico: o desenvolvimento da Defensoria Pública no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
- b) A posição constitucional da Defensoria Pública no Estado Democrático de Direito contemporâneo. A essencialidade constitucional da Defensoria Pública e as consequentes limitações impostas ao poder constituinte derivado. A autonomia institucional da Defensoria Pública na Constituição Federal. A Defensoria Pública e o acesso à justiça.
- c) Gratuitade de justiça, assistência judiciária gratuita e assistência jurídica gratuita: distinção, conceituação, requisitos, titularidade, abrangência, procedimento para análise e reconhecimento dos referidos direitos. Os modelos teóricos de assistência jurídica dos Estados contemporâneos: conteúdo e limitações práticas. O modelo brasileiro de assistência jurídica estatal gratuita.
- d) Curadoria Especial: hipóteses legais de atuação, natureza jurídica, poderes e limites. Prerrogativas dos membros da Defensoria Pública.
- e) Princípios institucionais da Defensoria Pública. Garantias dos membros da Defensoria Pública. Direitos dos assistidos.

PONTO II

- a) A posição constitucional da Defensoria Pública no Estado Democrático de Direito contemporâneo. A essencialidade constitucional da Defensoria Pública e as consequentes limitações impostas ao poder constituinte derivado. A autonomia institucional da Defensoria Pública na Constituição Federal. A Defensoria Pública e o acesso à justiça.
- b) A Defensoria Pública e a repartição constitucional de competências legislativas. A



sistematização normativa da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. A Defensoria Pública e a Advocacia: distinções fundamentais (Lei Complementar Federal nº 80/1994 e Lei Federal nº 8.906/1994).

c) Gratuidade de justiça, assistência judiciária gratuita e assistência jurídica gratuita: distinção, conceituação, requisitos, titularidade, abrangência, procedimento para análise e reconhecimento dos referidos direitos.

d) Natureza jurídica da Defensoria Pública. Natureza jurídica do Defensor Público. A relação jurídica estabelecida entre assistido e Defensoria Pública: natureza, formalização, conteúdo característico, extensão e limites.

e) Funções institucionais da Defensoria Pública: definição, classificação e análise em espécie. Interpretação sistemática das funções institucionais da Defensoria Pública na Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 80/1994, na Constituição do Estado do Rio de Janeiro e na Lei Complementar Estadual nº 06/1977. Curadoria Especial: hipóteses legais de atuação, natureza jurídica, poderes e limites. Teoria dos poderes implícitos e investigação criminal defensiva. Prerrogativas dos membros da Defensoria Pública.

PONTO III

a) A posição constitucional da Defensoria Pública no Estado Democrático de Direito contemporâneo. A essencialidade constitucional da Defensoria Pública e as consequentes limitações impostas ao poder constituinte derivado. A autonomia institucional da Defensoria Pública na Constituição Federal. A Defensoria Pública e o acesso à justiça.

b) Gratuidade de justiça, assistência judiciária gratuita e assistência jurídica gratuita: distinção, conceituação, requisitos, titularidade, abrangência, procedimento para análise e reconhecimento dos referidos direitos. Os modelos teóricos de assistência jurídica dos Estados contemporâneos: conteúdo e limitações práticas. O modelo brasileiro de assistência jurídica estatal gratuita.

c) Natureza jurídica da Defensoria Pública. Natureza jurídica do Defensor Público. A relação jurídica estabelecida entre assistido e Defensoria Pública: natureza, formalização, conteúdo característico, extensão e limites.

d) Funções institucionais da Defensoria Pública: definição, classificação e análise em espécie. Interpretação sistemática das funções institucionais da Defensoria Pública na Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 80/1994, na Constituição do Estado do Rio de Janeiro e na Lei Complementar Estadual nº 06/1977. A legitimidade da Defensoria Pública para a tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Prerrogativas dos membros da Defensoria Pública. Proibições dos membros da Defensoria Pública.

e) Estrutura e Organização Administrativa da Defensoria Pública. Os órgãos de composição da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. A carreira de Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro: escalonamento, ingresso, nomeação, posse, lotação, remoção, promoção e reingresso.

PONTO IV



- a) Histórico: o desenvolvimento da Defensoria Pública no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
- b) A Defensoria Pública e a repartição constitucional de competências legislativas. A sistematização normativa da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. A Defensoria Pública e a Advocacia: distinções fundamentais (Lei Complementar Federal nº 80/1994 e Lei Federal nº 8.906/1994).
- c) Gratuidade de justiça, assistência judiciária gratuita e assistência jurídica gratuita: distinção, conceituação, requisitos, titularidade, abrangência, procedimento para análise e reconhecimento dos referidos direitos.
- d) Curadoria Especial: hipóteses legais de atuação, natureza jurídica, poderes e limites. Teoria dos poderes implícitos e investigação criminal defensiva. Prerrogativas dos membros da Defensoria Pública. Objetivos da Defensoria Pública.
- e) Regime disciplinar da Defensoria Pública. Do direito de greve no âmbito da Defensoria Pública. Atribuição, Impedimento e Suspeição.

PONTO V

- a) A Defensoria Pública e a repartição constitucional de competências legislativas. A sistematização normativa da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. A Defensoria Pública e a Advocacia: distinções fundamentais (Lei Complementar Federal nº 80/1994 e Lei Federal nº 8.906/1994).
- b) Gratuidade de justiça, assistência judiciária gratuita e assistência jurídica gratuita: distinção, conceituação, requisitos, titularidade, abrangência, procedimento para análise e reconhecimento dos referidos direitos.
- c) Natureza jurídica da Defensoria Pública. Natureza jurídica do Defensor Público. A relação jurídica estabelecida entre assistido e Defensoria Pública: natureza, formalização, conteúdo característico, extensão e limites.
- d) Funções institucionais da Defensoria Pública: definição, classificação e análise em espécie. Interpretação sistemática das funções institucionais da Defensoria Pública na Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 80/1994, na Constituição do Estado do Rio de Janeiro e na Lei Complementar Estadual nº 06/1977. Curadoria Especial: hipóteses legais de atuação, natureza jurídica, poderes e limites. Princípios institucionais da Defensoria Pública. Garantias dos membros da Defensoria Pública. Deveres dos membros da Defensoria Pública.
- e) Estrutura e Organização Administrativa da Defensoria Pública. Os órgãos de composição da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. A carreira de Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro: escalonamento, ingresso, nomeação, posse, lotação, remoção, promoção e reingresso.

DIREITO PENAL

PONTO I

- a) Princípios Constitucionais de Direito Penal. Teoria da Norma Penal. Teoria do Crime.



- b) Teoria da Pena e Medida de Segurança. Dosimetria da Pena. Extinção da Punibilidade.
- c) Crimes Contra a Pessoa, Crimes Contra o Patrimônio, Crimes Contra a Dignidade Sexual e Crimes Contra a Administração Pública. Crimes Contra a Família. Crimes Contra a Incolumidade Pública.
- d) Lei nº 8.072/90: Crimes Hediondos e Equiparados. Lei nº 11.343/06: Nova Lei de Drogas. Lei nº 10.826/03: Estatuto do Desarmamento. Lei nº 8.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente.
- e) Lei nº 9.455/97: Tortura. Lei nº 7.716/89: Crimes resultantes de Preconceito de raça ou de cor. Lei nº 10.741/03: Estatuto do Idoso. Lei nº 10.671/03: Estatuto de Defesa do Torcedor. Lei nº 12.846/2013: Lei Anticorrupção. 12.850/2013: Leis sobre Organizações Criminosas. Lei nº 9.605/98: Crimes Contra o Meio Ambiente. Lei 13.260/16: Lei Antiterrorismo.

PONTO II

- a) Princípios Constitucionais de Direito Penal. Teoria da Norma Penal. Teoria do Crime.
- b) Teoria da Pena e Medida de Segurança. Dosimetria da Pena. Extinção da Punibilidade;
- c) Crimes Contra a Pessoa, Crimes Contra o Patrimônio, Crimes Contra a Dignidade Sexual. e Crimes Contra a Administração Pública.
- d) Crimes Contra a Paz Pública. Crimes Contra a Fé Pública.
- e) Lei nº 8.072/90: Crimes Hediondos e Equiparados. Lei nº 11.343/06: Nova Lei de Drogas. Lei nº 10.826/03: Estatuto do Desarmamento. Lei nº 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Lei nº 4.898/65: Abuso de Autoridade. Lei nº 10.741/03: Estatuto do Idoso. Lei nº 9.503/97: Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 8.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 13.260/16: Lei Antiterrorismo.

PONTO III

- a) Princípios Constitucionais de Direito Penal. Teoria da Norma Penal. Teoria do Crime.
- b) Teoria da Pena e Medida de Segurança. Dosimetria da Pena. Extinção da Punibilidade.
- c) Crimes Contra a Pessoa, Crimes Contra o Patrimônio. Crimes Contra a Dignidade Sexual. Crimes Contra a Administração Pública. Crimes Contra o Sentimento Religioso e Contra o Respeito aos Mortos.
- d) Lei nº 8.072/90: Crimes Hediondos e Equiparados. Lei nº 11.343/06: Nova Lei de Drogas. Lei nº 10.826/03: Estatuto do Desarmamento. Lei nº 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Dec.-Lei nº 3.688/41: Contravenções Penais. Lei nº 9.605/98: Crimes Contra o Meio Ambiente.
- e) Lei nº 8.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 11.101/05: Crimes Falimentares. Lei nº 8137/90: Crimes Contra as Relações de Consumo; Lei nº 1.521/01: Crimes Contra a Economia Popular. Lei nº 10.671/03: Estatuto de Defesa do Torcedor. Lei nº 12.984/2014: Crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de aids. Lei nº 10.741/03: Estatuto do Idoso.



Lei 9.455/97: Tortura. Lei nº 7.716/89: Crimes resultantes de Preconceito de raça ou de cor. Lei nº 9.605/98: Crimes Contra o Meio Ambiente. Lei 13.260/16: Lei Antiterrorismo. Lei 13.44/16: Lei de Tráfico de Pessoas.

PONTO IV

- a) Princípios Constitucionais de Direito Penal. Teoria da Norma Penal. Teoria do Crime.
- b) Teoria da Pena e Medida de Segurança. Dosimetria da Pena. Extinção da Punibilidade.
- c) Crimes Contra a Pessoa. Crimes Contra o Patrimônio. Crimes Contra a Dignidade Sexual. Crimes Contra a Administração Pública.
- d) Crimes contra a Incolumidade Pública. Crimes contra a Paz Pública. Crimes Contra a Fé Pública.
- e) Lei nº 8.072/90: Crimes Hediondos e Equiparados. Lei nº 11.343/06: Nova Lei de Drogas. Lei nº 10.826/03: Estatuto do Desarmamento. Lei nº 9.503/97: Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Lei nº 10.741/03: Estatuto do Idoso. Lei nº 1.521/01: Crimes Contra a Economia Popular. Lei nº 10.671/03: Estatuto de Defesa do Torcedor. Lei nº 8.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 13.44/16: Lei de Tráfico de Pessoas. Lei 13.445/17: Lei de Migração.

PONTO V

- a) Princípios Constitucionais de Direito Penal. Teoria da Norma Penal. Teoria do Crime.
- b) Teoria da Pena e Medida de Segurança. Dosimetria da Pena. Extinção da Punibilidade.
- c) Crimes Contra a Pessoa. Crimes Contra o Patrimônio Crimes Contra a Dignidade Sexual. Crimes Contra a Administração Pública. Crimes Contra o Sentimento Religioso. Crimes contra a Paz Pública. Crimes Contra a Fé Pública.
- d) Lei nº 8.072/90: Crimes Hediondos e Equiparados. Lei nº 11.343/06: Nova Lei de Drogas. Lei nº 10.826/03: Estatuto do Desarmamento. Lei nº 10.741/03: Estatuto do Idoso. Lei 9.455/97: Tortura. Lei nº 7.716/89: Crimes resultantes de Preconceito de raça ou de cor. Lei nº 9.605/98: Crimes Contra o Meio Ambiente.
- e) Lei nº 9.807/99: Proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas. Lei nº 9.503/97: Código de Trânsito Brasileiro. Dec.-Lei nº 3.688/41: Contravenções Penais. Lei nº 4.898/65: Abuso de Autoridade. Lei 13.44/16: Lei de Tráfico de Pessoas. Lei 13.445/17: Lei de Migração.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

PONTO I

- a) Norma Processual Penal: fontes e eficácia. Investigação criminal. Ação Penal. Jurisdição e Competência.



- b) Questões e Processos Incidentes. Sistemas processuais penais. Da prova penal. Sujeitos Processuais penais. Princípios do processo penal.
- c) Medidas Cautelares no Processo Penal. Prisão e Liberdade. Habeas Corpus. Princípios institucionais da Defensoria Pública em matéria criminal. Teoria do garantismo penal. Defesa dos Direitos humanos.
- d) Citações e Intimações. Preclusão. Sentença. Coisa Julgada penal. Efeitos da Sentença Penal. Mandado de segurança em matéria criminal. Processo. Procedimento: procedimento comum, Júri, procedimentos especiais. Legislação extravagante. Estatuto da Criança e do Adolescente em matéria criminal. Lei 9.503/97. Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Lei 12.037/09: Identificação Criminal. Lei 13.260/16: Lei Antiterrorismo.
- e) Nulidades. Recursos. Revisão Criminal.

PONTO II

- a) Interpretação da Lei Processual Penal. Princípios do Processo Penal.
- b) Investigação criminal. Ação Penal. Jurisdição e Competência. Da prova penal. Sujeitos Processuais penais. Sistemas processuais penais.
- c) Medidas Cautelares no Processo Penal. Prisão e Liberdade. Habeas Corpus. Mandado de segurança em matéria criminal. Teoria do garantismo penal. Defesa dos Direitos humanos.
- d) Processo. Procedimento: procedimento comum, Júri, procedimentos especiais. Legislação extravagante. Nulidades. Recursos. Revisão Criminal. Tutela coletiva em matéria criminal.
- e) Juizado Especial Criminal. Lei nº 9.296/96: Interceptação Telefônica. Lei nº 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Lei nº 11.417/06: Súmula Vinculante. Lei nº 11.418/06: Repercussão Geral. Lei nº 11.419/06: Informatização do Processo Judicial. Lei nº 12.594/2012: Sinase. Lei 12.681/2012 (Sinesp). Lei 12.850/2013: Organização Criminosa. Tutela coletiva em matéria criminal. Lei 13.260/16: Lei Antiterrorismo. Lei 13.344/16: Tráfico de Pessoas.

PONTO III

- a) Princípios do Processo Penal. Questões e Processos Incidentes. Da prova penal. Sujeitos Processuais penais. Sistemas processuais penais.
- b) Medidas Cautelares no Processo Penal. Prisão e Liberdade. Habeas Corpus. Princípios institucionais da Defensoria Pública em matéria criminal.
- c) Processo. Procedimento: procedimento comum, Júri, procedimentos especiais. Legislação extravagante. Citações e Intimações. Preclusão. Sentença. Coisa Julgada penal. Efeitos da Sentença Penal.
- d) Nulidades. Recursos. Revisão Criminal. Mandado de segurança em matéria criminal. Defesa dos Direitos humanos.
- e) Juizado Especial Criminal. Lei nº 9.296/96: Interceptação Telefônica. Lei nº 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Lei nº 11.417/06: Súmula Vinculante. Lei nº 11.418/06: Repercussão Geral. Lei nº 11.419/06: Informatização do Processo Judicial. Lei 9.503/97. Lei 12.037/09: Identificação Criminal. Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 12.594/2012: Sinase. Lei 12.681/2012 (Sinesp). Lei



12.850/2013: Organização Criminosa. Lei 13.260/16: Lei Antiterrorismo. Lei 13.344/16: Tráfico de Pessoas.

PONTO IV

- a) Princípios do Processo Penal. Investigação criminal. Ação Penal. Jurisdição e Competência. Da prova penal. Sujeitos Processuais penais. Sistemas processuais penais.
- b) Citações e Intimações. Preclusão. Sentença. Coisa Julgada penal. Efeitos da Sentença Penal. Medidas Cautelares no Processo Penal. Prisão e Liberdade. Habeas Corpus. Teoria do garantismo penal. Defesa dos Direitos humanos.
- c) Processo. Procedimento: procedimento comum, Júri, procedimentos especiais, Legislação extravagante. Estatuto da Criança e do Adolescente em matéria criminal.
- d) Nulidades. Recursos. Revisão Criminal. Mandado de segurança em matéria criminal.
- e) Juizado Especial Criminal. Lei nº 9.296/96: Interceptação Telefônica. Lei nº 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Lei nº 11.417/06: Súmula Vinculante. Lei nº 11.418/06: Repercussão Geral. Lei nº 11.419/06: Informatização do Processo Judicial. Lei 9.503/97. Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 12.594/2012: Sinase. Lei 12.850/2013: Organização Criminosa. Lei 13.260/16: Lei Antiterrorismo.

PONTO V

- a) Norma Processual Penal: fontes e eficácia. Princípios do Processo Penal. Investigação criminal. Ação Penal. Jurisdição e Competência. Sistemas processuais penais.
- b) Da prova penal. Sujeitos Processuais penais. e) Medidas Cautelares no Processo Penal. Prisão e Liberdade. Habeas Corpus. Mandado de segurança em matéria criminal. Direitos humanos. Teoria do garantismo penal. Defesa dos Direitos humanos.
- c) Processo. Procedimento: procedimento comum, Júri, procedimentos especiais, Legislação extravagante. Estatuto da Criança e do Adolescente em matéria criminal. Princípios institucionais da Defensoria Pública em matéria criminal.
- d) Nulidades. Recursos. Revisão Criminal.
- e) Juizado Especial Criminal. Lei nº 9.296/96: Interceptação Telefônica. Lei nº 11.417/06: Súmula Vinculante. Lei nº 11.418/06: Repercussão Geral. Lei nº 11.419/06: Informatização do Processo Judicial. Lei 9.503/97. Lei 12.037/09: Identificação Criminal. Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 12.594/2012: Sinase. Lei 12.681/2012 (Sinesp). Lei 12.850/2013: Organização Criminosa. Tutela coletiva em matéria criminal. Lei 13.260/16: Lei Antiterrorismo. Lei 13.344/16: Tráfico de Pessoas.

DIREITO DE EXECUÇÃO PENAL

PONTO I

- a) Princípios do Direito de Execução Penal. Objetivos da Execução Penal. Sistemas de Execução Penal. Natureza da Execução Penal.
- b) Fontes Positivas do Direito de Execução Penal.
- c) Execução da Pena Privativa de Liberdade. Execução da Medida de Segurança. Lei 10.216/01.



- d) Anistia, Graça, Indulto e Comutação de Pena.
- e) Deveres, Direitos e Disciplina. Sistema Disciplinar. Direito Penitenciário. Lei 13.675/18

PONTO II

- a) Objeto e da Aplicação da Lei de Execução Penal. Destinatários da Lei de Execução Penal. O Condenado e o Internado. Classificação. Preso Estrangeiro. Exame Criminológico. Assistência. Trabalho do Preso.
- b) Execução da Pena Privativa de Liberdade. Execução da Medida de Segurança. Lei 10.216/01.
- c) Deveres, Direitos e Disciplina. Sistema Disciplinar. Direito Penitenciário. Lei 12.847/2013. Lei Estadual nº 5.778/10. Lei 13.675/18. Lei 12.681/2012 (SINESP).
- d) Anistia, Graça, Indulto e Comutação de Pena. Procedimento Judicial. Recursos. Ações Autônomas de Impugnação. Tutela Coletiva na Execução Penal.
- e) Instrumentos internacionais de proteção às pessoas presas: I) Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos da ONU (1955); II) Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos (1966); III) Convenção Americana de Direitos Humanos (1969); IV) Conjunto de Princípios para a proteção de todas as pessoas submetidas a qualquer forma de detenção ou prisão (1988); V) Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes da ONU (Resolução nº 39/46, adotada pela ONU em 1984 e ratificada pelo Brasil em 1989); VI) Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, da OEA (1985); VII) Princípios básicos para o tratamento dos reclusos (Resolução da ONU nº 45/111, de 1990); VIII) Declaração sobre a proteção de todas as pessoas contra os desaparecimentos forçados (Resolução da ONU nº 47/133, de 1992); IX) Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok - 2010). Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras de Mandela-2015). Manual para Investigação e Documentação Eficazes da Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Protocolo de Istambul-2001).

PONTO III

- a) Deveres, Direitos e Disciplina. Sistema Disciplinar. Direito Penitenciário. Lei 13.675/18. Regime Disciplinar Diferenciado. Lei 12.847/2013. Lei Estadual nº 5.778/10. Lei 13.675/18. Lei 12.681/2012 (SINESP).
- b) Lei 11.671/08 e Decreto 6.877/09 (Transferência de presos para estabelecimentos penais federais).
- c) Execução da Pena Privativa de Liberdade. Execução da Medida de Segurança. Lei 10.216/01.
- d) Execução da Pena de Multa.
- e) Anistia, Graça, Indulto e Comutação de Pena. Procedimento Judicial. Recursos. Ações Autônomas de Impugnação. Tutela Coletiva na Execução Penal.

PONTO IV



- a) Órgãos da Execução Penal. Estabelecimentos Penais. A Defensoria Pública e a Lei 12.313/10.
- b) Execução da Pena Privativa de Liberdade. Execução da Medida de Segurança. Lei 10.216/01.
- c) Execução da Pena de Multa. Anistia, Graça, Indulto e Comutação de Pena.
- d) Deveres, Direitos e Disciplina. Sistema Disciplinar. Direito Penitenciário.
- e) Incidentes. Excesso e Desvio de Execução. Conversões. Reabilitação.

PONTO V

- a) Execução da Pena Restritiva de Direitos. Suspensão Condicional da Pena.
- b) Execução da Pena Privativa de Liberdade. Execução da Medida de Segurança. Lei 10.216/01.
- c) Deveres, Direitos e Disciplina. Sistema Disciplinar. Direito Penitenciário. Procedimento Judicial. Recursos. Ações Autônomas de Impugnação. Tutela Coletiva na Execução Penal.
- d) Anistia, Graça, Indulto e Comutação de Pena. Incidentes. Excesso e Desvio de Execução. Conversões. Reabilitação.
- e) Instrumentos internacionais de proteção às pessoas presas: I) Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos da ONU (1955); II) Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966); III) Convenção Americana de Direitos Humanos (1969); IV) Conjunto de Princípios para a proteção de todas as pessoas submetidas a qualquer forma de detenção ou prisão (1988); V) Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes da ONU (Resolução nº 39/46, adotada pela ONU em 1984 e ratificada pelo Brasil em 1989); VI) Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, da OEA (1985); VII) Princípios básicos para o tratamento dos reclusos (Resolução da ONU nº 45/111, de 1990); VIII) Declaração sobre a proteção de todas as pessoas contra os desaparecimentos forçados (Resolução da ONU nº 47/133, de 1992); IX) Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok - 2010). Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras de Mandela-2015). Manual para Investigação e Documentação Eficazes da Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Protocolo de Istambul-2001).

CRIMINOLOGIA

PONTO I

- a) Conceito, objeto e método da Criminologia. Interdisciplinaridade. Criminologia na América Latina. Criminologia no Brasil.
- b) História do pensamento criminológico. Escola Clássica e Escola Positiva. Escola de Chicago e Teoria da Anomia. Teorias da Associação Diferencial e Subculturas Delinquentes. Teoria do Etiquetamento. Criminologia Crítica.



- c) Pensamento criminológico contemporâneo. Criminologia feminista. Criminologia racial, Criminologia cultural. Criminologia *queer*, Criminologia verde. Criminologia e crimes do Estado.
- d) Criminologia e política criminal. Minimalismo. Abolicionismo. Justiça Restaurativa. Realismo de esquerda. Realismo marginal. Lei e ordem. Tolerância zero. Populismo penal. Encarceramento em massa. Direito penal do inimigo. Política criminal atuarial.
- e) Encarceramento em massa. Política criminal de drogas. Criminalização do protesto. Criminalização dos movimentos sociais. Crime, controle penal e classes sociais no Brasil. Manicômios e reforma psiquiátrica.

PONTO II

- a) Conceito, objeto e método da Criminologia. Criminologia no Brasil.
- b) Interdisciplinaridade. História do pensamento criminológico. Escola Clássica e Escola Positiva. Teorias da Associação Diferencial e Subculturas Delinquentes. Criminologia Crítica. Criminalização dos movimentos sociais. Encarceramento em massa.
- c) Pensamento criminológico contemporâneo. Criminologia feminista. Criminologia racial, Criminologia cultural. Criminologia *queer*, Criminologia verde. Criminologia e crimes do Estado. Política criminal de drogas.
- d) Abolicionismo. Direito penal do inimigo. Manicômios e reforma psiquiátrica. Teoria do Etiquetamento. Justiça Restaurativa. Realismo de esquerda. Realismo marginal. Lei e ordem. Tolerância zero. Populismo penal. Criminalização do protesto. Criminalização dos movimentos sociais. Direito penal do inimigo. Política criminal atuarial. Encarceramento em massa.
- e) Encarceramento em massa. Política criminal de drogas. Crime, controle penal e classes sociais no Brasil. Manicômios e reforma psiquiátrica.

PONTO III

- a) Conceito, objeto e método da Criminologia. Interdisciplinaridade.
- b) Criminologia na América Latina. Criminologia no Brasil. História do pensamento criminológico. Escola Clássica e Escola Positiva. Escola de Chicago e Teoria da Anomia. Teoria do Etiquetamento. Criminologia Crítica.
- c) Pensamento criminológico contemporâneo. Criminologia feminista. Criminologia racial, Criminologia cultural. Criminologia *queer*, Criminologia verde. Teoria do Etiquetamento. Criminologia e crimes do Estado.
- d) Abolicionismo. Justiça Restaurativa. Realismo de esquerda. Realismo marginal. Lei e ordem. Tolerância zero. Populismo penal. Direito penal do inimigo. Política criminal atuarial. Política criminal de drogas. Encarceramento em massa.
- e) Criminologia e política criminal. Minimalismo. Encarceramento em massa. Política criminal de drogas. Criminalização do protesto. Criminalização dos movimentos sociais. Crime, controle penal e classes sociais no Brasil. Manicômios e reforma psiquiátrica.

PONTO IV



- a) Criminologia na América Latina. Criminologia no Brasil.
- b) História do pensamento criminológico. Escola Clássica e Escola Positiva. Escola de Chicago e Teoria da Anomia. Teoria do Etiquetamento. Criminologia Crítica.
- c) Interdisciplinaridade. Criminologia na América Latina. Criminologia no Brasil. Teorias da Associação Diferencial e Subculturas Delinquentes. Pensamento criminológico contemporâneo. Criminologia feminista. Criminologia racial, Criminologia cultural. Criminologia *queer*, Criminologia verde. Criminologia e crimes do Estado. Política criminal de drogas.
- d) Manicômios e reforma psiquiátrica. Criminologia e política criminal. Minimalismo. Abolicionismo. Direito penal do inimigo. Justiça Restaurativa. Encarceramento em massa. Realismo de esquerda. Realismo marginal. Lei e ordem. Tolerância zero. Populismo penal. Direito penal do inimigo. Política criminal atuarial.
- e) Encarceramento em massa. Política criminal de drogas. Criminalização do protesto. Criminalização dos movimentos sociais. Crime, controle penal e classes sociais no Brasil. Manicômios e reforma psiquiátrica

PONTO V

- a) Conceito, objeto e método da Criminologia. Interdisciplinaridade.
- b) Criminologia na América Latina. Criminologia no Brasil. História do pensamento criminológico. Escola Clássica e Escola Positiva. Escola de Chicago e Teoria da Anomia. Teorias da Associação Diferencial e Subculturas Delinquentes. Teoria do Etiquetamento. Criminologia Crítica.
- c) Pensamento criminológico contemporâneo. Criminologia feminista. Criminologia e crimes do Estado. Política criminal de drogas.
- d) Criminologia e política criminal. Minimalismo. Justiça Restaurativa. Criminologia racial, Criminologia cultural. Criminologia *queer*, Criminologia verde. Realismo de esquerda. Realismo marginal. Lei e ordem. Tolerância zero. Populismo penal. Direito penal do inimigo. Política criminal atuarial.
- e) Encarceramento em massa. Política criminal de drogas. Criminalização do protesto. Criminalização dos movimentos sociais. Crime, controle penal e classes sociais no Brasil.

DIREITO CONSTITUCIONAL

PONTO I

- a) Direitos e Garantias Constitucionais.
- b) Controle de Constitucionalidade. Interpretação Constitucional.
- c) Meio-Ambiente na Constituição Federal. Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Decreto Federal nº 4.340 de 22 de agosto de 2002.
- d) Funções Essenciais à Justiça. Da Defensoria Pública.
- e) Processo Legislativo. Repartição de competências.
- f) Direitos Sociais. Direitos Políticos.
- g) Princípios Constitucionais Tributários.



PONTO II

- a) Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Da Defensoria Pública.
- b) Estado de Defesa e Estado de Sítio.
- c) Controle de Constitucionalidade. Interpretação Constitucional.
- d) Ordem Social. Princípios.
- e) Direitos e Garantias Constitucionais.
- f) Princípios Constitucionais Tributários.
- g) Organização do Estado. Organização dos Poderes.

PONTO III

- a) Controle de Constitucionalidade. Interpretação Constitucional.
- b) Processo Legislativo. Repartição de Competências.
- c) Direitos e Garantias Constitucionais.
- d) Funções Essenciais à Justiça. Da Defensoria Pública.
- e) Intervenção nos Estados e Municípios.
- f) Princípios Constitucionais Tributários.
- g) Direitos Sociais. Direitos Políticos.

PONTO IV

- a) Funções Essenciais à Justiça. Da Defensoria Pública.
- b) Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Da Defensoria Pública.
- c) Direitos e Garantias Constitucionais.
- d) Meio-Ambiente na Constituição Federal. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. Decreto Federal nº 4.340 de 22 de agosto de 2002.
- e) Controle de Constitucionalidade. Interpretação Constitucional.
- f) Direitos Sociais. Direitos Políticos.
- g) Da Seguridade Social.

PONTO V

- a) Estado de Defesa e Estado de Sítio.
- b) Controle de Constitucionalidade. Interpretação Constitucional.
- c) Intervenção nos Estados e Municípios.
- d) Direitos e Garantias Constitucionais.
- e) Ordem Social. Princípios.
- f) Organização do Estado. Organização dos Poderes.
- g) Princípios Constitucionais Tributários

DIREITO ADMINISTRATIVO

PONTO I



- a) Agentes Públicos: políticos, administrativos, honoríficos, delegados, diplomáticos. Investidura ou Provimento. Reingresso, Reintegração, Readmissão, Aproveitamento, Reversão e Transferência. Regime de Previdência.
- b) Ato Administrativo. Fato Administrativo. Requisitos e Atribuição. Classificação. Efeitos. Formas. Contratos Administrativos.
- c) Serviços Públicos. Classificação. Execução. Competência. Requisitos. Atributos. Direito de Greve. Serviços Essenciais e o Código de Defesa do Consumidor. Gratuidade de Transporte, Educação e Saúde.
- d) A Responsabilidade Civil da Administração Pública. Aspectos Doutrinários. Teoria do Risco Integral. Teoria da Culpa Objetiva. Teoria da Responsabilidade Civil do Estado no Direito Positivo Brasileiro. Teoria da Responsabilidade do Estado por Atos Legislativos e Judiciários.
- e) Princípios Básicos da Administração Pública. Recurso Administrativo e os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.

PONTO II

- a) Direito Administrativo. Fontes. Princípios Gerais de Direito. Relação do Direito Administrativo com os demais ramos do Direito. Interpretação da Norma de Direito Administrativo.
- b) Servidores Públicos. Classificação. Garantias. Deveres. Direitos de Ordem Pecuniária. Vantagens. Acumulação de Cargos. Empregos ou Funções. Estabilidade. Processo Administrativo Disciplinar. Regime de Previdência.
- c) Contratos Administrativos. Características. Cláusulas Essenciais. Teoria da Imprevisão. Consequência da Inexecução. Rescisão. Licitações. Parcerias Públicas Privadas.
- d) Controle da Administração Pública pelo Judiciário. Mandado de Segurança. Mandado de Segurança Coletivo. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Injunção e Habeas Data.
- e) Autonomia Administrativa e Financeira de Órgão Público.

PONTO III

- a) Domínio Público. Bens Públicos. Afetação e Desafetação. Regime Jurídico dos Bens Públicos. Enfiteuse. Terras de Marinha e demais Terras Públicas. Patrimônio Histórico.
- b) Poderes da Administração Pública. Poder de Polícia e seus Atributos. Desvio e Abuso de Poder. Poder Disciplinar. Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Rio de Janeiro. Poder Regulamentar. Processo Administrativo Disciplinar.
- c) Administração Pública: Direta e Indireta. Princípios que as regem e seus Poderes.
- d) A Responsabilidade Civil da Administração Pública. Aspectos Doutrinários. Teoria do Risco Integral. Teoria da Culpa Objetiva. Teoria da Responsabilidade Civil do Estado no Direito Positivo Brasileiro. Teoria da Responsabilidade do Estado por Atos Legislativos e Judiciários.
- e) Intervenção na Propriedade. Desapropriação. Espécies. Fundamentos. Competência. Desvio de Finalidade. Retrocessão. Servidão Administrativa.



Ocupação Temporária e Limitação Administrativa. Política Urbana (Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 e Lei Federal 13.465 de 11 de Julho de 2017).

PONTO IV

- a) Direito Administrativo. Fontes. Princípios Gerais de Direito. Relação do Direito Administrativo com os demais ramos do Direito. Interpretação da Norma de Direito Administrativo.
- b) Controle da Administração Pública. Controle Interno. Procedimento Investigatório. Controle Externo.
- c) Controle da Administração Pública pelo Judiciário. Mandado de Segurança. Mandado de Segurança Coletivo. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Injunção e Habeas Data.
- d) A Responsabilidade Civil da Administração Pública. Aspectos Doutrinários. Teoria do Risco Integral. Teoria da Culpa Objetiva. Teoria da Responsabilidade Civil do Estado no Direito Positivo Brasileiro. Teoria da Responsabilidade do Estado por Atos Legislativos e Judiciários.
- e) Intervenção na Propriedade. Desapropriação. Espécies. Fundamentos. Competência. Desvio de Finalidade. Retrocessão. Servidão Administrativa. Ocupação Temporária e Limitação Administrativa. Política Urbana (Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 e Lei Federal 13.465 de 11 de Julho de 2017).

PONTO V

- a) Ato Administrativo. Fato Administrativo. Requisitos e Atribuição. Classificação. Efeitos. Formas. Contratos Admirativos.
- b) Intervenção na Propriedade. Desapropriação. Espécies. Fundamentos. Competência. Desvio de Finalidade. Retrocessão. Servidão Administrativa. Ocupação Temporária e Limitação Administrativa. Política Urbana (Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 e Lei Federal 13.465 de 11 de Julho de 2017).
- c) A Atuação da Administração e o Devido processo Legal. Autotutela Administrativa. Revogação. Anulação. Sanatória dos Atos Administrativos. Lei Estadual RJ nº 5427 de 1º de Abril de 2009.
- d) Atos de Improbidade. Moralidade Administrativa. Abuso de Autoridade. Desvio de Finalidade. Excesso de Poder. Ação Civil Pública.
- e) A Responsabilidade Civil da Administração Pública. Aspectos Doutrinários. Teoria do Risco Integral. Teoria da Culpa Objetiva. Teoria da Responsabilidade Civil do Estado no Direito Positivo Brasileiro. Teoria da Responsabilidade do Estado por Atos Legislativos e Judiciários.

DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

PONTO I



- a) Violências de Gênero. Violência doméstica. Lei Maria da Penha. Convenção de Belém do Pará. Jurisprudência do Sistema Interamericano. Caso González e Outras vs. México.
- b) Racismo. Convenção Interamericana contra o Racismo e Discriminação Racial e outras formas Correlatas de intolerância. Soft law. Sistema Interamericano. Caso Simone André Diniz.
- c) Pessoas com Deficiência. Normativa Internacional. Convenção Internacional de Pessoas com deficiência. Sistema Interamericano. Caso Ximenes Lopes vs. Brasil.
- d) Direitos da População em situação de Rua. Princípios. Conceitos. Decreto Federal nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009.
- e) Direito das Pessoas Moradoras de Favelas. Direito das Vitimas de Violência de Estado. Jurisprudência do Sistema Interamericano. Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil.
- f) Sistema Interamericano. Obrigações dos Estados de Prover os Recursos Internos. Corte Interamericana: Caso Velásquez Rodrigues vs Honduras.

PONTO II

- a) Diversidade Sexual. Direito das Pessoas LGBT. SIDH. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Opinião Consultiva nº 24 de 2017. STF ADI nº 4275.
- b) Liberdade de Expressão. Liberdade de Opinião e Funcionário Público. Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Caso Fontececchia e outros vs. Argentina.
- c) Pessoas com deficiência. Padrões Internacionais de Proteção. Lei 10.216 de 6 de Abril de 2001. Jurisprudência do Sistema Interamericano. Caso Poblete Vilches e Outros vs. Chile
- d) Racismo. Racismo Institucional. Programa Brasil Quilombola. Política Nacional de saúde da População Negra. Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007.
- e) Tortura. Tratados Internacionais de Combate à Tortura. Órgãos Nacionais e Internacionais de Monitoramento. Atribuições. Jurisprudência do Sistema Interamericano. Caso Bayarri vs. Argentina.
- f) Gênero, Sexo, Diferença Sexual. Reprodução Feminina. Política e Trabalho. Jurisprudência do Sistema Interamericano. Caso Artavia Murillo e Outros vs. Costa Rica.

PONTO III

- a) Violência Institucional de Gênero. Violência Obstétrica. Igualdade e não Discriminação. Direitos Sexuais e Reprodutivos. ADPF 442.
- b) Racismo e Sistema de Justiça. Acesso à Justiça. Teoria Crítica da Raça. Crime de Racismo.
- c) Políticas de Acesso à Justiça das Pessoas em Situação de Vulnerabilidades no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Assistência Jurídica. Defensor Interamericano. Regras de Brasília. Caso Ruano Torres vs. El Salvador.



- e) Direito das Pessoas moradoras das Favelas. Segurança e Cidadania. Direito de Resistência. Comissão Interamericana. Informe sobre Segurança cidadã e Direitos Humanos.
- f) Jurisprudência do Sistema Interamericano. Garantias. Direitos Pre-Processuais. Caso Cabrera Garcia e Montiel Flores vs. México.

PONTO IV

- a) Pobreza. Igualdade e Não discriminação. Princípio de não Submissão. Categorias Suspeitas. Igualdade e Direitos Sociais. Judicialização dos DESCs.
- b) Direito das Mulheres. Direitos Sexuais e Reprodutivos. STF ADPF nº 442.
- c) Povos Originários. Terra e Território. Movimento Constitucional da América Latina. Justiça Ordinária vs Justiça Indígena. Jurisprudência do SIDH. Caso Povo Indígena Xucuru vs. Brasil
- d) População LGBT. Normativa Internacional. Princípios de Yogyakarta. Jurisprudência do SIDH. Caso Atala Riffo vs. Chile
- e) Raça e Racismo. Discriminação Racial e Sistema de Justiça. Padrões Internacionais de Proteção.
- f) Acesso à Justiça das Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Sistema Interamericano e Defensoria Pública. Padrões Interamericanos para uma Defesa Eficaz e Diligente. Caso Ruano Torres vs. El Salvador.

PONTO V

- a) Privados de Liberdade. Padrões Internacionais para as Garantias Judiciais e os Direitos Pre-processuais. Direito a não ser torturado. Protocolo de Estambul. Resolução DPGE nº 932 de 26 de Junho de 2018. Padrões Interamericanos de Exclusão da Prova obtida por meio ilícito.
- b) População LGBT. Privados de Liberdade. Resolução nº 01/2014 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária em Conjunto com o Conselho Nacional de Combate a Discriminação. STF ADI nº 4275.
- c) População em Situação de Rua. Conceito e Princípios das Políticas Públicas. Lei Municipal nº 6.350 de 4 de Maio de 2018. Recolhimento Compulsório.
- d) Raça e Racismo. Mulheres encarceradas. Normativa Internacional. Regras de Bangkok.
- e) Sistema Interamericano. Implementação das Decisões do Sistema Interamericano no Ordenamento Jurídico Interno e o papel da Defensoria Pública.
- f) Direito das pessoas Refugiadas e Imigrantes. Lei Federal 13.445 de 24 de Maio de 2017. Lei Federal 9.474 de 02 de julho de 1997. Sistema Interamericano. Caso Família Pacheco Tineo vs Estado Plurinacional de Bolívia.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PONTO I



- a) História social da infância brasileira. Paradigmas legislativos em matéria de infância e juventude: a situação irregular e a proteção integral. Sistema de Garantia dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Eixos fundamentais. Resolução 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Defensoria Pública no contexto do Sistema de Garantia de Direitos. Lei nº 13.431 de 4 de abril de 2017. Lei 13.257 de 08 de março de 2016
- b) A criança e o adolescente na normativa internacional.
Declaração Universal do Direito das Crianças (1959).
Convenção sobre Direito da Criança da ONU.
Convenção 182 OIT.
Convenção sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças e Convenção relativa à Proteção das crianças e a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional concluída na HAIA em 29 de maio de 1993 (Decreto 3087 de 21 de junho de 1999).
Regras Mínimas das Nações Unidas para Proteção de Jovens Privados de Liberdade.
Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e Juventude (Regras de Beijing).
Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil. – Diretrizes de Riad (1990).
- c) Direito a convivência familiar e comunitária. Família Substituta – excepcionalidade. Programas de acolhimento institucional e familiar. Família natural e família extensa. Socioafetividade. Perda ou suspensão do poder familiar. Audiência de Reavaliação.
- d) Ato infracional. Prática. Garantias processuais expressas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei 12.594/2012. Garantia do direito de defesa. Medidas Socioeducativas – natureza, tipos, aplicação, duração, prescrição. Dos Recursos. Da execução antecipada da medida socioeducativa. Resolução 165 CNJ.
- e) Proteção dos direitos individuais, difusos e coletivos.

PONTO II

- a) Sequestro Internacional de Crianças – Normativa Internacional – Tratado de Haia – Convenção Internacional sobre Direitos das Crianças. Convenção sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças e Convenção relativa à Proteção das crianças e a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional concluída na HAIA em 29 de maio de 1993 (Decreto 3087 de 21 de junho de 1999).
- b) História social da infância brasileira. Paradigmas legislativos em matéria de infância e juventude: a situação irregular e a proteção integral. Sistema de Garantia dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Eixos fundamentais. Resolução 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Defensoria Pública no contexto do Sistema de Garantia de Direitos. Lei nº 13.431 de 4 de abril de 2017. Lei 13.257 de 08 de março de 2016
- c) Conselho Tutelar – definição, atribuições, competência, escolha dos conselheiros e impedimentos. Conselho Tutelar e Medidas de proteção.



Impugnação das decisões do Conselho Tutelar. Acolhimento institucional. Resolução 139 do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – CONANDA.

d) Sinase – Lei 12.594/2012. Execução das Medidas Socioeducativas. Princípios norteadores da execução das medidas socioeducativas. Objetivos, programa de atendimento, gestor do programa de atendimento. Unificação, prescrição, extinção de medidas socioeducativas. Dos Direitos Individuais. Direito de visitas. Do atendimento a Adolescente com Transtorno Mental e com Dependência de Álcool e de Substância Psicoativa.

e) Crimes e infrações administrativas.

PONTO III

a) Características da doutrina da situação irregular e da doutrina da proteção integral. Criança e adolescente: construção histórica e social das concepções de proteção, direitos e participação. Sistema de Garantia de Direitos. Lei 13.257 de 08 de março de 2016

b) A criança e o adolescente na normativa internacional.

Declaração Universal do Direito das Crianças (1959).

Convenção 182 da OIT.

Convenção sobre Direito da Criança da ONU.

Convenção sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças e Convenção relativa à Proteção das crianças e a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional concluída na HAIA em 29 de maio de 1993 (Decreto 3087 de 21 de junho de 1999).

Regras Mínimas das Nações Unidas para Proteção de Jovens Privados de Liberdade.

Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e Juventude (Regras de Beijing).

Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil. – Diretrizes de Riad (1990).

c) Curadoria Especial no Estatuto da Criança e do Adolescente. Direito de oitiva e participação da criança e adolescente Estatuto da Criança e do Adolescente e na Convenção sobre Direitos da Criança. Audiência de Reavaliação.

d) Garantia do devido processo legal ao adolescente acusado da prática de ato infracional: acesso à justiça, ampla defesa e contraditório. Princípios aplicados. Do Paradigma da Proteção Integral. Papel da Defesa técnica. Aplicação de medida socioeducativa. Execução. Dos Recursos.

e) Proteção dos direitos individuais, difusos e coletivos.

PONTO IV

a) Os Direitos da Criança e Adolescentes na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente – Aspectos históricos. Lei 13.257 de 08 de março de 2016

b) Direito a educação, cultura, ao esporte e lazer. Educação infantil, creches, ensino fundamental e ensino médio. Lei de diretrizes e bases da Educação



Nacional (Lei nº 9.394/96). Acesso à escola pública próxima a residência. Atendimento educacional especializado. Deveres dos pais. Deveres dos dirigentes. Direito à educação e impossibilidade da reserva do possível. Crimes e infrações administrativas.

c) Conselho Tutelar – definição, atribuições, competência, escolha dos conselheiros e impedimentos. Conselho Tutelar e Medidas de proteção. Impugnação das decisões do Conselho Tutelar. Acolhimento institucional. Resolução 139 do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – CONANDA.

d) Medidas socioeducativas. Da competência para executar a medida socioeducativa (lei 12.594/2012, Resolução 165 do CNJ). Dos princípios que regem a execução da medida socioeducativa. Da unificação das medidas. Do direito a visita. Do direito a saúde na execução da medida. Do plano individual de atendimento. Da extinção das medidas socioeducativas. Prescrição.

e) Da proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos.

PONTO V

a) Princípios relativos à Aplicação do Direito da Criança e do Adolescente. Sistema de Garantia dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Eixos fundamentais. Resolução 113 do CONANDA. Defensoria Pública no contexto do Sistema de garantia de direitos. Lei 13.257 de 08 de março de 2016

b) Guarda e Adoção. Evolução do instituto. Conceito, características e tipos. Requisitos objetivos e subjetivos. Impedimentos. Adoção por casais homoafetivos. Adoção intuitu personae e a dispensa do prévio cadastramento e do respeito à ordem cronológica de prioridade. Destituição do poder familiar. Procedimento de perda ou suspensão do poder familiar. Acolhimento e reavaliação.

c) Curadoria Especial. Direito de oitiva e participação de crianças e adolescentes. Audiência de Reavaliação.

d) Apuração do ato infracional atribuído a adolescente. Oitiva informal. Internação provisória. Aplicação de medida socioeducativa. Da remissão. Dos Recursos. Execução de Medidas socioeducativas. Regressão. Substituição. Detração. Extinção.

e) Direito à educação, cultura, ao esporte e lazer. Educação infantil, creches, ensino fundamental e ensino médio. Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). Acesso à escola pública próxima a residência. Atendimento educacional especializado. Deveres dos pais. Deveres dos dirigentes. Direito à educação e impossibilidade da reserva do possível. Crimes e infrações administrativas.